

PRODUTO I

Documento técnico contendo mapeamento e análises das pesquisas realizadas no âmbito da cultura no Brasil por entidades públicas e privadas, cujos componentes possuam interface com as políticas públicas nesse campo, consideradas relevantes para subsidiar o monitoramento do Plano Nacional de Cultura e a elaboração-da Conta Satélite da Cultura.

TERMO DE COOPERAÇÃO

Cultura em Números

PROJETO BRABRZ4013

Consultora PRODOC

CRISTINA PEREIRA DE CARVALHO LINS

Sumário

1. Introdução.....	03
2. Metodologia	04
3. As metas do Plano Nacional de Cultura: descrição, compilação das principais bases disponíveis e de comentários sobre as informações necessárias para o alcance das metas.....	05
4. Próximas etapas.....	54
5. Referências.....	54

1. Introdução

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um plano de estratégias, diretrizes e metas para a execução de políticas públicas, previsto no artigo 215 da Constituição Federal, foi criado pela Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010,

“toma como ponto de partida um abrangente diagnóstico sobre as condições em que ocorrem as manifestações e experiências culturais e propõe orientações para a atuação do Estado na próxima década (PLANO, 2008, p.10).

O Plano representa o desejo e o compromisso de apontar o cenário que se deseja para a cultura em 2020, com relação aos temas variados das 53 metas aprovadas. E, se baseia em uma perspectiva mais ampliada, que articula três dimensões de cultura como a expressão simbólica; direito de cidadania e potencial para o desenvolvimento econômico. Além dessas dimensões, também se ressalta no PNC a necessidade de fortalecer os processos de gestão e participação social.

O Ministério da Cultura (MinC) é o coordenador executivo do Plano Nacional de Cultura (PNC) e por isso é responsável pelo monitoramento das ações necessárias para sua realização. Sendo a Secretaria de Política Cultural (SPC), do MinC, responsável pela coordenação técnica do PNC.

Para sua elaboração, o PNC deve valer-se também dos dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelo Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais¹ (SNIIC), que deverá conjugar o trabalho dos centros de excelência em estudos, pesquisas e estatísticas sobre a cultura de todo o país.

Assim, o SNIIC, que é gerenciado pela SPC, do MinC, possibilitará a produção de estatísticas, indicadores e outros dados sobre as atividades da cultura com o objetivo de auxiliar no monitoramento e na avaliação do PNC. Nesse sentido, é importante destacar o levantamento de dados, registros e informações do MinC, bem como de suas instituições vinculadas e de fontes externas, públicas ou privadas, realizadas no âmbito da cultura no Brasil, que sirvam para a implementação das metas e vigência do PNC.

Neste cenário, o presente relatório, pretende contribuir com a ampliação de informações e tem como objetivo principal mapear e analisar as pesquisas realizadas no âmbito da cultura no Brasil, por entidades públicas e privadas, cujos componentes possuam interface com as políticas públicas no campo da cultura, consideradas relevantes para subsidiar o monitoramento das metas do PNC e a construção da conta satélite de cultura que se refere à meta 53.

O relatório descreve as principais fontes de dados existentes sobre a cultura no Brasil que subsidiam a consolidação das diretrizes, estratégias e ações de cada uma das 53

¹ Cabe ao Ministério da Cultura, desenvolver, implantar e manter o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, criado pela Lei no 12.343, de 2 de dezembro de 2010, com a finalidade de integrar os cadastros e informações culturais existentes no Governo Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, para gerar indicadores e estatísticas da realidade cultural brasileira. O Plano Nacional de Cultura, criado através da mesma lei, prevê o SNIIC como fonte principal para monitoramento do cumprimento de suas metas.

metas, além de apresentar comentários e sugestões mencionadas por algumas instituições e mesmo, propostas de acordos de cooperação técnica entre instituições.

Cabe ressaltar que o levantamento realizado é uma contribuição sobre as principais pesquisas do âmbito da cultura e não esgota todas as fontes de dados existentes no país, que estão sendo constantemente renovadas. O presente relatório é um primeiro passo no sentido da organização e sistematização de informações em um tema tão complexo e amplo como a cultura.

Este trabalho se encontra organizado em cinco seções. Na segunda, a descrição da metodologia; a seção 3 apresenta uma breve descrição da meta, as principais bases e pesquisas, indicando o endereço eletrônico das fontes de dados e comentários e sugestões de alguns setores e instituições responsáveis pela informação da meta; a quarta descreve a próxima etapa da pesquisa e ao final, as referências bibliográficas.

2. Metodologia

- Levantamento das pesquisas existentes sobre as 53 Metas do Plano Nacional de Cultura,
- Pesquisa on-line no site do Ministério da Cultura e das instituições vinculadas ao ministério ou não, buscando identificar e sistematizar as fontes de dados e links das pesquisas e instituições,
- Complementação dos materiais encontrados através de contatos através de redes de comunicação (e-mail, telefone etc.) com pessoa designada como responsável nas instituições,
- Realização de reuniões presenciais para complementação do entendimento das diretrizes formuladas e dos próximos passos a serem tomados e,
- Elaboração de relatório final do primeiro produto do PRODOC Projeto BRABRZ4013.

Esse conjunto de informações traz à tona alguns temas e sistemas que necessitam de um olhar que perpassa várias áreas de interesse, que se analisadas em conjunto, esclarecem e apontam soluções para melhorar a informação.

3. As metas do Plano Nacional de Cultura: descrição, compilação das principais bases disponíveis e comentários sobre as informações necessárias para o alcance das metas.

Meta 1) Sistema Nacional de Cultura institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados

Os compromissos constantes dos Acordos de Cooperação Federativa para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura preveem que os estados, municípios e o Distrito Federal devam estruturar seus próprios sistemas de cultura que são compostos por: órgão gestor, conselho de política cultural, conferência de cultura, comissão intergestora, plano de cultura, sistema de financiamento da cultura, sistema de informações e indicadores culturais e programa de formação na área da cultura.

Fontes de dados sugeridas:

A informação é obtida pela plataforma digital da Secretaria de Articulação Institucional (SAI/MinC), pela Plataforma de Integração e Monitoramento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) que informa o quantitativo dos acordos de cooperação, Unidades da Federação (UF) e municípios que possuem acordo assinado e publicado no Diário Oficial da União (DOU).

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores de Cultura (SNIIC) está em fase de implantação.

Link: <http://sniic.cultura.gov.br/>

<http://www.cultura.gov.br/sai-secretaria-de-articulacao-institucional>

<http://www.cultura.gov.br/snc>

http://www.cultura.gov.br/documents/10907/1308672/1.+Quantitativo+de+Munic%C3%ADpios+e+Estados+-+NOVA+VERS%C3%83O_2.12.2015.pdf/2862dace-647a-4a4c-8eb7-91a3eee9c169

<http://snc.cultura.gov.br/adesao/consultar/>

Outra fonte de dados sugerida é a pesquisa do Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014, Suplemento de Cultura, do IBGE. A publicação aborda aspectos relevantes da cultura nos entes federativos considerados, fornecendo informações sobre o panorama do setor no que diz respeito aos elementos obrigatórios dos sistemas de cultura municipais e estaduais como existência de secretaria de cultura ou órgão equivalente; conselho de política cultural; conferência de cultura; plano de cultura; e sistema de financiamento à cultura com existência obrigatória do fundo de cultura.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 2) 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios atualizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)

As informações atualizadas sobre cultura são importantes para o desenvolvimento da política cultural no Brasil e contribuem para o acompanhamento do Plano Nacional de Cultura (PNC) e dos Planos Territoriais. Reunir e divulgar informações da área cultural são objetivos do Sistema Nacional de Informações e Indicadores de Cultura (SNIIC).

Fontes de dados sugeridas:

O SNIIC informa os dados das fontes do Registro Aberto de Cultura (RAC), da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC) e da Plataforma de Integração e Monitoramento do SNC da Secretaria de Articulação Institucional (SAI/MinC).

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores de Cultura (SNIIC) está em fase de implantação.

Link: <http://sniic.cultura.gov.br/>

<http://sniic.cultura.gov.br/2014/05/13/versao-1-0-do-registro-aberto-da-cultura-rac-e-nuvem-da-cultura/>
<http://www.cultura.gov.br/snc>
http://www.cultura.gov.br/documents/10907/1308672/1.+Quantitativo+de+Munic%C3%ADpios+e+Estados+-+NOVA+VERS%C3%83O_2.12.2015.pdf/2862dace-647a-4a4c-8eb7-91a3eee9c169
<http://snc.cultura.gov.br/adesao/consultar/>
<http://snc.cultura.gov.br/adesao/consultar/estados/>

Meta 3) Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada.

Esta meta refere-se à realização de um levantamento cartográfico da diversidade das expressões culturais existentes no território brasileiro, cujo produto será constantemente consolidado no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Além de reconhecer e difundir a diversidade, a cartografia servirá também para qualificar a gestão cultural e monitorar o impacto do Plano Nacional de Cultura (PNC) e dos planos setoriais e territoriais (META, 2011, p. 19).

Fontes de dados sugeridas:

Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do IPHAN, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), Cadastro Nacional de Pontos de Cultura, Sistema de Informação sobre as manifestações culturais afro-brasileiras/Fundação Palmares, Mapeamento da Dança, SIOP/PPA.

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores de Cultura (SNIIC) está em fase de implantação.

Link: <http://sniic.cultura.gov.br/sobre/>

O IPHAN, instituição responsável pelo patrimônio federal, contribui nesta meta com o repasse da informação cadastrada no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que incorpora toda a documentação textual e visual de bens culturais.

Além de propor um modelo e metodologia única de documentação e inventário de bens culturais, o SICG possibilita o cadastro unificado dos bens culturais, constituindo a base de uma cartografia do Patrimônio, uma vez que todos os bens serão georreferenciados e classificados conforme sua categoria, recortes temático e territorial dos estudos. Atualmente o SICG está estruturado em base Word e Excell. Mas o IPHAN vem trabalhando para a construção de um sistema informatizado, reunindo numa única base as informações essenciais sobre o patrimônio cultural. O IPHAN disponibiliza inventários de conhecimento ou varredura que funcionam como um mapeamento abrangente do patrimônio cultural. Os inventários imateriais MaPi, que é o subsistema referente ao mapeamento do patrimônio imaterial, se encontram em fase de alimentação no sistema SICG.

A situação atual é que não há um sistema estruturado, ainda não se oficializou o Comitê gestor do SICG, há um problema de gestão de TI interna e ainda necessitam de recurso pessoal. Necessidade de pensar em como superar estas dificuldades, além de unificar a informação em relação ao formulário com a SPOA. Hoje existem dois tipos de formulários, um da SPOA e outro do IPHAN, isto representa um problema na coleta de

dados, são informações diferentes que são obtidas e que não serão compatibilizadas em um único sistema.

O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA) foi concebido com o objetivo de estabelecer padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios, das coleções arqueológicas e do registro da documentação arqueológica produzida, subsidiando as ações de gerenciamento, em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924/61. Sua arquitetura foi concebida para ser implementada em módulos, compreendendo o: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, Banco de Imagens; o Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas – INCA, Projetos e Relatórios de Pesquisa Arqueológica – PPA/RPA. Outros módulos referentes aos demais macro processos também estão sendo implementados desde 2003, para atender às atividades de proteção e promoção desses bens, como o BPA - Banco de Portarias de Arqueologia.

Departamentos envolvidos no levantamento de informações:

Centro Nacional de Arqueologia / DEPAM / IPHAN, Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN - CNA com a alimentação do Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos – CNSA (bens tombados, valorados e arqueológicos) e o Departamento do Patrimônio Imaterial (bens registrados).

Link:

<http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/315>

<http://portal.IPHAN.gov.br/sgpa/?consulta=bpa>

A Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), busca contribuir para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. Disponibiliza arquivos com certificações para comunidades quilombolas e das manifestações culturais negras

Link:

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/crsate2003.pdf>

http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

A Fundação Nacional de Artes, através do Centro de Programas Integrados (Cepin), está realizando o Mapeamento das Residências Artísticas no Brasil, ação fundamental para o conhecimento, análise e formulação de pesquisas que servirão de instrumento para a construção das políticas públicas de fomento ao campo das residências artísticas em nosso país.

Link:

<http://www.funarte.gov.br/interacoesesteticas/funarte-lanca-mapeamento-das-residencias-artisticas-no-brasil/>

A Funarte quer identificar os profissionais e os grupos que atuam na área de dança em todo o Brasil. Para isso, preparou este sistema de cadastro virtual, que vai permitir o mapeamento do setor.

Link:

<http://www.funarte.gov.br/danca/cadastro-de-danca>

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, vinculada ao Ministério da Justiça. Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras

tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados.

Link:

<http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento>

<http://www.funai.gov.br/index.php/mapas-pdf>

<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>

Meta 4) Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada:

É uma meta de processo que depende da aprovação das legislações. Atualmente dos três Marcos Legais a serem aprovados, dois estão tramitando no Congresso e um está em elaboração e discussão no MinC, envolvendo as instituições vinculadas do IPHAN e FUNAI.

Fontes de dados sugeridas:

Diário Oficial da União (DOU), Câmara dos Deputados, Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do IPHAN.

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular vinculado ao IPHAN, único órgão público de âmbito federal cuja missão consiste prioritariamente na pesquisa, difusão, elaboração e execução de políticas de preservação e valorização dos mais diversos processos e expressões da cultura popular, promove ações de documentação de acervos museológico, bibliográfico e sonoro-visual, parte deles disponibilizada em suas coleções digitais.

Link: www.cnfcp.gov.br

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/33161569/dou-secao-1-14-12-2011-pg-13>

Meta 5) Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas

Assim como a meta anterior, esta é uma meta de processo que depende da aprovação das legislações.

Segundo o relato do IPHAN é uma meta político-técnica, sobre a qual o IPHAN tem governabilidade parcial, uma vez que compete ao Congresso em última instância, aprovar a Lei que institui o PNPC e SNPC. E que, quando publicados, auxiliem para intensificar a atuação junto a estados e municípios quanto à instituição de suas políticas. Com vistas à construção do Sistema, o IPHAN estimulou e coordenou a elaboração do Planos de Ação para Cidades Históricas ente 2010 e 2011, assim como a criação da Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH).

Fontes de dados sugeridas:

Plano Nacional de Patrimônio Cultural e Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (leis a serem aprovadas pelo Congresso), Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) ainda com acesso interno e restrito ao IPHAN, SIOP/PPA, Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), em implantação e a pesquisa Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014, Suplemento – Cultura do IBGE que

investigou a existência de legislação de proteção ao patrimônio cultural e política cultural para preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural.

Link: <http://sniic.cultura.gov.br/sobre/>

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

<https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/>

Meta 6) 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), atendidos por ações de promoção da diversidade cultural

Esta é uma meta de longo prazo e de resultado do PNC, que depende da implantação do SNIIC.

O IPHAN adverte que não é possível mensurar a quantidade de povos e grupos atendidos pela política de salvaguarda do patrimônio imaterial. O objeto de mensuração são os bens culturais, sendo que a quantidade de povos e grupos é altíssima, não há instrumento ou sistema de contagem que permita tal aferição. Sugestão do uso de tecnologias digitais para a coleta de informações e cadastro.

Meta 7) 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas

A economia criativa é composta das atividades econômicas ligadas aos segmentos – de acordo com definição do Marco de estatísticas culturais da Unesco (2009) – como patrimônio natural e cultural, espetáculos e celebrações, artes visuais e artesanato, livros e periódicos, audiovisual e mídias interativas e design e serviços criativos.

Até o momento os setores de museus e de design foram mapeados e a Fundação Nacional das Artes (Funarte), e em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), estão desenvolvendo um mapeamento da dança no país. Neste primeiro momento as informações levantadas são de dados quantitativos e qualitativos sobre dança nas seguintes capitais: Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Goiânia.

Fontes de dados sugeridas:

Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável.

O Ibram analisa a economia do setor museológico brasileiro e apresenta os resultados do primeiro estudo sistêmico da cadeia produtiva dos museus brasileiros, em, 2014.

Link:

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Museus_DimensaoEconomica_Ibram2014.pdf

Mapeamento estratégico para a inserção do design nos grandes eventos esportivos no Brasil – Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016.

Fonte: Empresa consultora Competitiveness (www.competitiveness.com) para APEX-Brasil. A ideia é poder potencializar as diferentes oportunidades geradas através dos investimentos nos mais variados setores, identificando onde estão as melhores oportunidades para inserção do design como ferramenta de competitividade e inovação, além de explorar como o governo pode incrementar este incentivo através de políticas públicas exemplares, como outros países já o fizeram. Abrangência nacional, 2012.

Link: <http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2014/02/mapeamento-desing.pdf>

Estudo da Cadeia produtiva da economia da música em Belo Horizonte

Foi firmado um contrato de prestação de serviços entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae/MG) e a Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC), para realização do Diagnóstico da cadeia econômica do segmento musical em Belo Horizonte nos últimos cinco anos, em 14 de fevereiro de 2008.

Este Diagnóstico definiu os elos da cadeia produtiva da música em Belo Horizonte. A proposta inicial era estabelecer os vínculos entre as diferentes fases da cadeia produtiva – Criação, Pré-produção, Produção, Pósprodução, Distribuição e Comercialização. Entretanto, o conhecimento da realidade local demonstrou que os elos da cadeia se incorporam e se mesclam, transpondo os limites de cada fase. Considerando o artista e sua obra como ponto de partida para a criação da cadeia produtiva, e, sendo os artistas, em sua maioria, produtores, distribuidores e divulgadores, as funções se somam e se entrelaçam. O estudo teve início a partir do levantamento dos artistas e compositores, registrados em entidades da categoria dos músicos, com atuação profissional³⁵ no município. Nesta etapa do trabalho foram utilizados os registros da Ordem dos Músicos do Brasil (OMB), da União Brasileira de Compositores (UBC), da Sociedade Independente da Música (SIM), da Associação Artística dos Músicos de Minas Gerais (AMMIG), da Cooperativa dos Músicos de Minas (COMUM) e do Sindicato dos Músicos Profissionais de Belo Horizonte. Foi também fonte de informação o banco de dados da Fundação Municipal de Cultura para o mapeamento musical das vilas e favelas da cidade. Com essas informações, pode-se efetuar o levantamento qualitativo e quantitativo das diversas fases da cadeia produtiva (DIAGNÓSTICO, 2010, p.80)

Fonte: Fundação João Pinheiro/ Sebrae-MG. Dados sobre a cadeia produtiva da música em Belo Horizonte, incluindo formas de financiamento, produtores culturais e estúdio. Abrangência: Municipal, 2010. Link: http://musica.ufmg.br/claudiourgel/Empreendedorismo/Oportunidades/DiagnosticoBH_FJP_Sebrae.pdf

Cadeia produtiva da economia da música

Segundo o autor, Luiz Carlos Prestes Filho, este livro é o mais completo diagnóstico já realizado sobre esse ramo da indústria brasileira, em 2005.

A obra teve por base um intenso trabalho de campo, que envolveu coleta de dados em bases públicas (como a Pesquisa de Informações Básicas Municipais e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE), pesquisas realizadas em parceria com a Fecomercio (sobre frequência e localização de estabelecimentos econômicos ligados direta ou indiretamente à música) e mesmo pesquisas inéditas (como o perfil dos músicos do Estado do Rio de Janeiro). O resultado é um mapeamento de informações sobre a maneira como essa cadeia produtiva funciona, o que ajuda a pensar em medidas para ampliar o seu potencial.

O conjunto das atividades consideradas como características da cadeia produtiva da música são: - Indústria fonográfica - Tecnologia digital - Produção ilegal (pirataria) - Direitos autorais - Políticas públicas - Radiodifusão e mídia impressa - Espetáculos e shows - Indústria de instrumentos musicais - Indústria de equipamentos - Formação acadêmica - Formação técnica e empresarial - Formação de platéias.

A Fundação Nacional das Artes (Funarte), em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), estão desenvolvendo um mapeamento da dança no país. Neste primeiro

momento as informações levantadas são de dados quantitativos e qualitativos sobre dança nas seguintes capitais: Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Goiânia.

A primeira etapa do relatório está sendo finalizada. E, segundo relato da FUNARTE, pensam que o estudo do mapeamento deve ser feito pela SPC/MinC, acreditam não ser atribuição da instituição formular pesquisa e sim fornecer dados que é um passivo que estão tentando organizar, sistematizar e processar para alimentar o SNICC. Pensam ainda que a padronização das planilhas por parte da SPC/MinC iria facilitar o preenchimento. O setor de informática conta com um quadro de recurso humano muito reduzido e, somente em 2015, preencheram pela primeira vez, os editais de artes cênicas pelo Salicweb.

A pesquisa dos teatros levanta dados técnicos sobre palco, platéia, equipamentos de iluminação cênica, vestimentas de palco ou equipamentos de som, entre outros dados.

<http://www.ctac.gov.br/teatro/pesqteatro.asp>

Economia Criativa na Cidade de São Paulo: Diagnóstico e Potencialidade

Estudo coordenado pela Secretaria do Governo Municipal com a colaboração direta de praticamente todas as áreas da administração e da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap.

As atividades classificadas no estudo totalizam 42 classes de atividades econômicas, que foram agrupadas em 10 grandes categorias de acordo com suas semelhanças: arquitetura e design; artes performáticas; artes visuais, plásticas e escritas; audiovisual; edição e impressão; ensino e cultura; informática; patrimônio; pesquisa e desenvolvimento; e publicidade e propaganda.

Link:

file:///E:/cultura/MINC%202015/Pesquisas/Livro_Economia_Criativa_FUNDAP%20NOVO.pdf

A Economia da Cadeia Produtiva do Livro

Fonte: BNDES. Mapeia o setor no Brasil, descreve o mercado internacional e analisa impacto das novas tecnologias, 2005.

Link:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ebook/ebook.pdf

Mapeamento da indústria criativa no Brasil

Fonte: Firjan. Dados sobre empregos, salários e faturamento da indústria criativa no Brasil.

Link: <http://publicacoes.firjan.org.br/economiacriativa/mapeamento2014/#/1/zoomed>

Sistema de Informações e Indicadores Culturais

O IBGE, utilizando diversas fontes de dados, aborda neste estudo a produção de bens e serviços culturais (criativos) e as características das pessoas empregadas no setor brasileiro, de 2003 a 2010

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2010/default.shtm

Dimensões criativas da economia da cultura: primeiras observações

Neste livro é apresentada uma coletânea de trabalhos produzidos no âmbito do Observatório Estadual da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), projeto que nasceu de uma cooperação entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Bahia. Os artigos buscam relacionar sociedade, cultura e economia ao discorrer sobre as cadeias produtivas da cultura, suas transversalidades e adjacências. Temas como moda, música, festas, patrimônio, espaços urbanos e games são abordados, compondo o quadro preliminar da análise e posteriormente são incluídas inflexões que repercutem nos setores artísticos e criativos.

No capítulo sobre a *Medição econômica do campo cultural do Brasil*, apresento uma tabela que indica a nomenclatura selecionada das atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 do IBGE que podem compor os setores criativos. Além dos indicadores de número de empresas e outras organizações, pessoal ocupado e salários e outras remunerações (LINS, 2015, p.50)

Sugestão de um contato com a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, RedeSist, da Universidade Federal do Rio de Janeiro para desenvolver uma metodologia para mapear os segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa. A RedeSist tem expertise no desenvolvimento de um quadro conceitual e analítico e, vem realizando uma pesquisa empírica para análise de sistemas produtivos locais e de novas políticas para seu desenvolvimento. As pesquisas, investigam a experiência recente dos arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais que atuam em diferentes cadeias produtivas e regiões do Brasil e outros países do Mercosul.

Link: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/atividades/mapa-de-apls>

Meta 8) 110 territórios criativos reconhecidos

Proposta de exclusão

Meta 9) 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local

Esta é uma meta estruturante de médio prazo, até 2018, para a qual já foram apoiados 100 projetos apresentados por empreendedores culturais, na área de audiovisual, editorial, música, artes cênicas, videogames e desenho, junto a rodada de negócios com os 10 países do Mercosul, no evento do I Mercado de Indústrias Culturais dos Países do Sul (Micsul), que ocorreu na Argentina, em 2014. Além desta iniciativa, os Observatórios da Economia Criativa e a Rede de Incubadoras Brasil Criativo são outros projetos de apoio já em andamento.

Fontes de dados sugeridas:

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura

A pesquisa levantou informações sobre indivíduos, segmentos ou grupos, não estabelecidos através de cadeias formais de produção ou serviços, que estabelecerem um empreendimento através de uma formulação criativa, ou seja, de uma ideia, que tenha sustentabilidade, mas que possa ser estimulada, financeiramente ou não. Com destaque para destaque para formação, capacitação, qualificação ou educação capaz de incentivar competências criativas, articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos e criação, produção, circulação ou distribuição de bens e serviços criativos.

Link: <<http://obec.ihac.ufba.br/>> <www.ufam.edu.br/> <www.ufrgs.br/obec>
<<https://medialab.ufg.br/>> <<http://www.obecrj.uff.br/>>
<http://culturadigital.br/brasilcriativo/programa/>
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 10) Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros

Assim como a anterior, é uma meta estruturante de médio prazo, até 2018. O relatório Brasil do Índice de Competitividade do Ministério do Turismo é o instrumento que permite medir a efetividade das políticas nacionais voltadas ao turismo. Entretanto, o IPHAN e o IBRAM propõem uma discussão sobre a metodologia que está sendo adotada dado que o próprio MinC não discutiu as perguntas da pesquisa em parceria com o Ministério do Turismo.

Fontes de dados sugeridas:

Outras fontes também ajudam a pensar esta meta, como a obra audiovisual *Conhecendo Museus* apresenta, com detalhes, os principais museus do Brasil. O projeto tanto promove o resgate da memória brasileira – inscrita nos objetos, obras de arte e documentos –, consolidando-a num conjunto de informações acessíveis, como colabora na formação e no apuro da consciência crítica dos telespectadores, em particular os mais jovens. E o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, dando origem ao PAC Cidades Históricas. O PAC Cidades Históricas está sendo implantado em 44 cidades de 20 estados da federação.

Link:

<http://www.conhecendomuseus.com.br/category/programas/>
<http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/245>
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>
<http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/235>
<http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/302>

O IBGE lançou recentemente a pesquisa Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura, que investigou se os estados e os municípios desenvolveram algum tipo de programa ou ação voltada para o turismo cultural em 2014. Dentre os tipos investigados, a divulgação de atrações é a mais recorrente. O segundo tipo de intervenção dos governos nesta área refere-se ao calendário de festividades e/ou eventos (apoio, pesquisa, elaboração, confecção, distribuição). A formação de guias e roteiros também foi mencionada como programa ou ação, e em alguns municípios ainda é um projeto em andamento.

Link: <http://sniic.cultura.gov.br/sobre/>

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Índice de competitividade do turismo nacional (Recurso eletrônico): destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2014 / Coordenação Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. – Brasília, DF: SEBRAE, 2014.

Link:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/indice_Brasil_2014_2.pdf

Meta 11) Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural

A redução da informalidade no setor cultural está associada a um conjunto de iniciativas, que vão da adequação das leis trabalhistas e previdenciárias, a regulamentação de profissões do setor e redução de encargos. Nota-se que os trabalhadores da cultura podem ser artistas, técnicos, produtores, administradores de órgãos culturais, gestores e muitos outros. São trabalhadores com ou sem carteira assinada, empregadores ou trabalhadores por conta própria. As atividades reconhecidas do setor cultural estão na lista da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) num recorte para o setor cultural que utiliza as atividades culturais que constam no Sistema de Informações e Indicadores Culturais (2007) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fontes de dados sugeridas:

Perfil do trabalho decente no Brasil / Escritório da Organização Internacional do Trabalho – Brasília e Genebra: OIT, 2009.

Apresenta um conjunto de indicadores e análises relativos às empresas, que podem ajudar a definir políticas e ações relativas à promoção do Trabalho Decente, visa contribuir também para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da metodologia de medição do Trabalho Decente. A construção e análise dos Indicadores de Trabalho Decente foram baseadas em fontes de estatísticas oficiais, oriundas das mais diversas instituições integrantes do Sistema Estatístico Nacional.

Link:

http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Apresenta informações sobre o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho, no País.

Link: <http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010 - Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

O Censo demográfico utilizou a composição das formas de inserção da população no mercado de trabalho, em termos de ocupação, atividade econômica, posição na ocupação e categoria do emprego. Cobertura nacional.

Link

http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_trabalho_rendimento.shtm

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: IBGE.

A análise de resultados fornece um panorama geral das empresas e organizações ativas em 2012, segundo natureza jurídica, atividade econômica e porte, com informações sobre o pessoal ocupado assalariado e os salários médios mensais, segundo sexo e nível de escolaridade em 2011 e 2012, além de dados regionais sobre as unidades locais dessas empresas e organizações com cobertura nacional.

Link: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2012/default.shtm>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

Investigou as características da educação de jovens e adultos para os moradores de 15 anos ou mais de idade e a educação profissional para os moradores de 10 anos ou mais de idade, para Brasil.

Link

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/default.shtm>

Cadernos de Políticas Culturais – Economia e Política Cultural: Acesso, Emprego e Financiamento, 2007

A série Cadernos de Políticas Culturais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) reuniu estudos que discutem e analisam as relações entre economia e cultura nas dimensões do acesso, da geração de emprego, e de financiamento. A sistematização de pesquisas preexistentes e de informações dispersas, também estratégicas para o aprimoramento do atual cenário, constitui instrumento de grande valia para todos aqueles direta ou indiretamente comprometidos com as atividades culturais no Brasil. Abrangência nacional, estadual, municipal, regional e regiões metropolitanas.

Link:

<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/cpc-volume-03.pdf/643124a6-d5ef-4d90-b2db-a1c9c96ae536>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (Org.). Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2010-2011. 4. ed. Brasília, DF: DIEESE, 2011. O DIEESE foi responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos. A pesquisa apresenta dados do número de estabelecimentos das MPEs e do emprego gerado por estes estabelecimentos. Informações sobre empregos formais de estabelecimentos privados não-agrícolas do país, massa de salários paga aos trabalhadores destes estabelecimentos, empregos com carteira de trabalho assinada, assim como o rendimento médio recebido. Cobertura nacional.

Link

http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2010_2011.pdf

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014

A PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 48 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default_brasil.shtm

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137p. - (Estudos e pesquisas. Informação)

Trabalho é um dos temas selecionados para análise dos indicadores para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, e, em casos selecionados, também para Regiões Metropolitanas.

Link:

<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2015/default.shtm>

Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil 1992-1997, IBGE

Esta publicação apresenta alguns aspectos da inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho na década de 1990, em continuidade à divulgação de indicadores selecionados sobre o tema, iniciada em 1994. Divulga informações sobre as taxas de atividade e de desocupação da população, procura de trabalho, bem como uma análise da qualificação da mão-de-obra e suas formas de inserção na economia, por tipo de atividade, padrões de rendimento e contribuição para a previdência, para Brasil.

Link:

http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/default.shtm

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007- 2010

Estudo sobre a produção (oferta) de bens e serviços, os gastos (demanda) das famílias e do governo, e as características da população ocupada desse setor (PNAD), com base nas estatísticas produzidas pelo Instituto. Cobertura para Brasil e a PNAD disponibiliza informações para unidades da federação.

Link: http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2010/default.shtm

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a serem obtidos através dos Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas CERTIFIC. A Rede CERTIFIC elabora, mantém e atualiza o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Link:

<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/programas?id=15266>

Emprego formal no setor cultural – 1994-2002

Esta pesquisa realizada pelo Ipea, analisa, a partir dos dados da RAIS/Ministério do Trabalho, as variações nas vagas formais de emprego na área cultural, traz perfil do emprego na cultura em 2007 com informações para Brasil, regiões e regiões metropolitanas

Link: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1276.pdf

Meta 12) 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural

Esta é uma meta de longo prazo, que depende da informação de atores externos ao MinC, como o Ministério da Educação e instituições públicas de educação. Na proposta

de revisão do PNC há a sugestão de juntar essa meta 12 com a 13 e também sugerir um programa de formação de professores de arte, no MinC.

Fontes de dados sugeridas:

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep, Ministério da Educação. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. É o principal instrumento de coleta de informações da educação básica sobre estabelecimentos de ensino, turmas, alunos, profissionais escolares em sala de aula, movimento e rendimento escolar.

Link:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resultado/2015/Anexo_I_Pr eliminar_2015.pdf

<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>

<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados>

Meta 13) 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada

Para esta meta de educação e produção de conhecimento, a formação continuada do professor de Arte – entendida como todas as formas deliberadas e organizadas de aperfeiçoamento profissional do docente mediante palestras, seminários, encontros, grupos de estudo, oficinas, cursos presenciais e a distância – propicia o desenvolvimento de uma série de habilidades ao docente essenciais para elevar a qualidade do ensino. Entre elas, a ampliação dos conhecimentos pedagógicos, aquisição de experiência, novas metodologias e tecnologias e, sobretudo, a aproximação a bens culturais, a familiarização com a criação cultural e com experiências artístico-culturais que possam manter viva a curiosidade e a criação do professor para que, capacitado, possa replicá-las ao corpo discente. A formação dos professores deverá dar ênfase aos conteúdos de cultura, linguagens artísticas e patrimônio cultural.

Fontes de dados sugeridas:

Ministério da Cultura (MinC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC).

Link:

<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

dsu_brasil_regioes_UFs_2014.zip - Arquivo ZIP, tamanho descomprimido 241.152 bytes

Cursos para formação continuada para professores

Link:

<http://pacto.mec.gov.br/component/content/article/26-eixos-de-atuacao/54-formacao>

<http://portal.mec.gov.br/proinfantil>

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-a-distancia-sp-2090341739/programas-e-acoos?id=13156>

<http://portal.mec.gov.br/pro-letramento/apresentacao>

<http://portal.mec.gov.br/component/content/?Itemid=86&id=231>

Meta 14) 100 mil escolas públicas de educação básica desenvolvendo permanentemente atividades de Arte e Cultura

A meta 06 do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), em fase de aprovação no Congresso Nacional, pretende oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica e o Ministério da Cultura compreende que o incentivo às práticas culturais e o ensino das artes é elemento fundamental para garantir a melhoria na qualidade do ensino nestas escolas. A efetivação está baseada na cooperação firmada entre os ministérios da Cultura e da Educação (Portaria Normativa Interministerial nº 04 de outubro de 2007).

Outro projeto educativo que ajuda a aferição da meta 14 do PNC é o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

O Programa Mais Educação é coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), em parceria com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação. Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Fontes de dados sugeridas:

Ministério da Cultura (MinC) e Censo Escolar - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC).

Links:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resultado/2015/Anexo_I_Pr eliminar_2015.pdf

<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>

<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>

<http://www.cultura.gov.br/maisculturanasescolas>

Meta 15) Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do MEC, se empenha em expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Tem como objetivo a criação de vagas, para formação de jovens do ensino médio e trabalhadores que precisam de qualificação.

Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são gratuitos e ministrados por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também ofertam cursos do Programa, instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR e, instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação.

Fontes de dados sugeridas:

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC, principal informante.

Links:

<http://redefederal.mec.gov.br/>

<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/programas>

<http://sitesistec.mec.gov.br>

Meta 16) Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas

Para fins desta meta, são considerados cursos já existentes nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas afins à cultura presentes na taxonomia do MEC.

Esta meta também visa incentivar a criação de novos cursos, a partir de estudos de viabilidade e mapeamento da demanda, com a devida ampliação da taxonomia atual.

Vale destacar que o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) é um plano com o objetivo de induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Fontes de dados sugeridas:

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e GEOCAPES - Sistema de Informações Georrerenciadas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

Links:

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>

<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>

Meta 17) 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC)

Esta meta traduz a intenção governamental de reconhecer formalmente, por meio do programa Rede Certific do MEC, os conhecimentos, habilidades, atitudes e competências de trabalhadores da cultura, independentemente da forma como foram adquiridos. Poderão ser beneficiados artistas de todas as áreas, assim como mestres e mestras da cultura popular ou tradicional, detentores de saberes e fazeres de tradição oral. Mas só poderão ser certificados os perfis de atuação profissional identificados no Catálogo Nacional de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Como o programa encontra-se em fase de reformulação ainda não é possível obter dados consolidados.

O Guia Pronatec de Cursos FIC é atualizado periodicamente e serve como instrumento direcionador da oferta de cursos, contribuindo para a consolidação de uma política

pública que tem como objetivo principal aproximar o mundo do trabalho do universo da Educação.

As opções de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) estão distribuídas em 13 eixos tecnológicos, conforme suas características científicas e tecnológicas. Para a cultura destacam-se dois eixos específicos:

✓ Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design (65)

Compreende tecnologias relacionadas com representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas. Abrange atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento, podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais.

✓ Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação (22)

Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações. Especificação de componentes ou equipamentos, suporte técnico, procedimentos de instalação e configuração, realização de testes e medições, utilização de protocolos e arquitetura de redes, identificação de meios físicos e padrões de comunicação e, sobretudo, a necessidade de constante atualização tecnológica constituem, de forma comum, as características deste eixo.

Fontes de dados sugeridas:

Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Institutos Federais, CEFET e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais), pelas entidades dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem (Senai, Senac, Senat e Senar) e pelas Redes Públicas Estaduais de Ensino, com o apoio do Ministério da Educação.

Link:

Rede Certific do MEC

<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/programas?id=15266>

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Link:

http://pronatec.mec.gov.br/fic/et_informacao_comunicacao/et_informacao_comunicacao.php

Rede Incubadoras Brasil Criativo

A Rede Brasil Criativo oferta a agentes culturais cursos e consultorias, planejamento estratégico, assessoria contábil, jurídica e de comunicação, marketing, elaboração de projetos e captação de recursos, e acompanhamento contínuo. As incubadoras sediam balcões de crédito, formalização, formação técnica e realização de cursos.

Link: <http://culturadigital.br/brasilcriativo/rede-de-incubadoras-brasil-criativo/>

Meta 18) Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura

Esta é uma meta estruturante de médio prazo, que se refere às iniciativas de capacitação por meio de diferentes formatos, como realização de cursos, oficinas (presenciais ou à distância), fóruns e seminários em que o conteúdo seja voltado para a qualificação nas áreas de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio e cultura (META, 2011, p.47).

O Ministério da Cultura (MinC) e suas instituições vinculadas têm realizado cursos, fóruns, seminários, encontros, debates, palestras e oficinas com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio e cultura, visando qualificar e capacitar artistas, sociedade em geral, técnicos e gestores da área cultural.

A Fundação Casa de Rui Barbosa promove uma série de palestras com vistas à divulgação de estudos e pesquisas nas áreas de preservação, tratamento e difusão de bens culturais: Arquivologia, Biblioteconomia, Conservação preventiva, Ciência da informação, Museologia, Políticas de preservação e Restauração. Tem como um dos seus objetivos a formação e qualificação de pesquisadores e tecnologias.

A ação de capacitação de servidores vem sendo objeto de aprimoramento da FCRB, bem como os Curso/Evento de capacitação dos servidores e a participação dos pesquisadores em atividades científicas e culturais externas. O Centro de Pesquisa conta com um corpo de pesquisadores altamente qualificado, com pesquisadores titulados com o doutorado e expressivo número deles já com estágio pós-doutoral concluído.

Fontes de dados sugeridas:

Centro de Memória e Informação e Centro de Pesquisa da FCRB.

Link: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=23&ID_M=412

[http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/relatorio%202011_%20\(1\).pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/relatorio%202011_%20(1).pdf)

Para contabilizar outras capacitações além do mestrado, os técnicos do IPHAN estão levantando cursos e capacitações de agentes externos que atuam na salvaguarda e em registros como a capoeira e o ofício das Paneleiras de Goiabeiras e da Arte Kusiwa dos índios Wajãpi do Amapá, que estão alocados sob a responsabilidade do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Outra preocupação é a de saber o percentual no total de pessoas qualificadas nas unidades do IPHAN, distribuídas em 27 Superintendências - uma em cada Unidade Federativa; 31 Escritórios Técnicos; quatro Unidades Especiais e, ainda 2 parques históricos nacionais.

A atuação do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA), Fundação Cultural Palmares (FCP), compreende um conjunto de atividades relacionadas à proteção, preservação e promoção da identidade das comunidades dos remanescentes de quilombos e das comunidades religiosas de matriz africana.

As ações propostas para qualificação se refere as ações de realizar oficinas; exposições e programas culturais que atendam comunidades tradicionais e de terreiros; seminários visando compartilhar conhecimentos. Ocorreu nos estados de Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Piauí, Pará, Rio Grande do Sul, Bahia e Maranhão, fomentar atividades culturais das comunidades tradicionais de terreiros por meio da realização de feiras, catalogação do patrimônio cultural dos terreiros, capacitação de agentes culturais, envolvendo cerca de 500 terreiros localizados nas cidades sede da Copa do Mundo.

Link:

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/crsate2003.pdf>

http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

O Ibram iniciou, neste segundo semestre, a reformulação do seu programa de formação, capacitação e qualificação. O Saber Museu está em fase de construção e tem como

proposta integrar os diferentes esforços de formação já empreendidos pelo Instituto. Para tanto, foi desenvolvido um ambiente virtual de aprendizagem – Moodle, com o propósito de expandir o acesso aos conteúdos instrucionais que serão produzidos e disponibilizados online, para além da oferta direta e pontual de oficinas presenciais, que deverão ser retomadas e redesenhadas nesse novo projeto. Nesta primeira etapa, está sendo realizado um projeto piloto com servidores do Instituto e Pontos de Memória. Serão testados os recursos da plataforma virtual a partir de dois cursos iniciais – Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural e Inventário Participativo de Referências Patrimoniais. O objetivo é que essas primeiras turmas avaliem, proponham e validem o conteúdo dos cursos, para que, em uma segunda etapa, estes cursos sejam ofertados amplamente para o setor museal.

Link: <https://www.museus.gov.br/tag/moodle/>

A Fundação Nacional de Artes — Funarte é o órgão responsável, no âmbito do Governo Federal, pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. Os principais objetivos da instituição, vinculada ao Ministério da Cultura, são o incentivo à produção e à capacitação de artistas, o desenvolvimento da pesquisa, a preservação da memória e a formação de público para as artes no Brasil.

Para cumprir essa missão, a Funarte concede bolsas e prêmios, mantém programas de circulação de artistas e bens culturais, promove oficinas

O Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte – CCPF – é uma instituição de caráter técnico, atuante na recuperação de acervos fotográficos brasileiros públicos e privados, atua como centro agregador de especialistas e de formação de mão-de-obra especializada, com cursos frequentados por alunos do mundo inteiro. Todos os trabalhos realizados no Centro estão relacionados à produção de conhecimento técnico. Seus resultados são difundidos através de relatórios e publicações técnicas. Os cursos do CCPF enfocam diversos temas ligados à conservação, tais como: diagnóstico de acervos e de fotografias; identificação de processos e de características de deterioração; elaboração de projetos; realização de procedimentos técnicos básicos e avançados; implantação de projetos; reprodução fotográfica e duplicação de negativos; conservação preventiva; digitalização de acervos fotográficos; organização de acervos fotográficos.

Os Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica do CCPF são destinados à formação de uma bibliografia básica nos vários campos de atuação da conservação e preservação fotográfica.

Link:

<http://www.funarte.gov.br/preservacaofotografica/formacao-de-especialistas>

<http://www.funarte.gov.br/preservacaofotografica/cadernos-tecnicos>

O Centro Técnico de Artes Cênicas disponibiliza três programas de ação: Formação de Recursos Humanos, Documentação e Pesquisa e Assessoria Técnica para a promoção da capacitação profissional, que se dá através de cursos específicos para profissionais de nível médio (cenotécnicos em geral) e especialização para os de nível superior (engenheiros, arquitetos, cenógrafos etc), estágios práticos e teóricos, seminários, encontros, palestras etc., organiza conhecimentos e a produção de materiais didáticos para aplicação nos programas, divulga e estimula a coleta de dados para o banco de dados Infra. Os técnicos do CTAC assessoram projetos contendo informações de construção, reforma, adequação e equipamento de espaços cênicos em todo o país, envolvendo conhecimentos de arquitetura cênica, instalações cenotécnicas, iluminação cênica e outras áreas técnicas.

A pesquisa dos teatros levanta dados técnicos sobre palco, platéia, equipamentos de iluminação cênica, vestimentas de palco ou equipamentos de som, entre outros dados.

Link: <http://www.ctac.gov.br/sobre/programa.htm>

<http://www.ctac.gov.br/teatro/pesqteatro.asp>

A Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) do MinC, realizou e apoiou uma série de seminários, encontros, reuniões e fóruns: O programa IBERCULTURA VIVA para fomentar a ação dos Pontos de Cultura, promover intercâmbio de participantes do Programa Cultura Viva com os de políticas públicas equivalentes na Ibero-América, capacitar gestores públicos para trabalhar com políticas culturais de base comunitária, fortalecer a Rede de Gestores Culturais nos países ibero-americanos, criar uma Rede Ibero-Americana de Pontos de Cultura, definir uma legislação específica de políticas públicas em benefício das expressões culturais das comunidades de base e apoiar a produção e circulação de conteúdos culturais.

Link:

http://www.cultura.gov.br/cidadaniaediversidade/acoes/-/asset_publisher/JpEfcHG4mkCk/content/programa-ibercultura-viva/10901

A Oficina de Formação Política para Juventude Indígena representa mais uma iniciativa de formação política para jovens indígenas desde a constituição da CNJI. Com o objetivo de ampliar os conhecimentos e troca de dados e informações sobre as questões políticas e os direitos indígenas no Brasil e no mundo, em atendimento às reivindicações indígenas dos próprios jovens,

Link:

<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3131-oficina-de-formacao-politica-para-juventude-indigena>

O Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria de Articulação Institucional (SAI), em parceria com Universidades Federais promove curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Pública de Cultura, que tem como objetivo principal capacitar gestores públicos, conselheiros e agentes culturais nos estados, a fim de desenvolver competências e habilidades voltadas para o acesso às políticas de cultura, valorização a cultura regional e local e consolidação do Sistema Nacional.

Link: ainda em implantação

<http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-informacoes-e-indicadores-culturais-sniic->

Meta 19) Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.

Esta meta mede a quantidade de pessoas beneficiadas por programas de fomento à pesquisa e difusão do conhecimento, incluindo concessões de bolsas, prêmios de pesquisas, residências artísticas e intercâmbio para formação, realizados pelo Ministério da Cultura e suas instituições vinculadas.

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) promove programas e projetos com o objetivo de desenvolver conhecimentos teóricos e práticos no âmbito da preservação e da pesquisa científica da cultura. Para tanto, são promovidos eventos técnico-científicos, são também oferecidos estágios monitorados em seus laboratórios técnicos e desenvolvidos os seguintes programas específicos de capacitação: Programa de

Iniciação Científica - PIC na Casa de Rui Barbosa, que oferece oportunidade de estágio junto a pesquisadores da Fundação, Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico que oferta bolsas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico nas diversas áreas a que se dedica a instituição. A Fundação mantém também Programa de Estágio, em convênio com o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola -, e programa de treinamento para o desenvolvimento de seus servidores.

A partir deste ano, a Casa também conta com um mestrado profissional, aprovado pela Capes, sobre "Memória e acervos", que deverá abrir sua primeira turma em 2016. Essas atividades são acompanhadas de um amplo programa de bolsas de pesquisa e de uma intensa atividade de promoção de encontros científicos em sua sede, além da participação dos seus pesquisadores e tecnólogos nos principais fóruns e redes de discussão acadêmica nacional e internacional.

Fontes de dados sugeridas:

Centro de Memória e Informação e Centro de Pesquisa da FCRB.

Link:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=23&ID_M=412

[http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/relatorio%202011_%20\(1\).pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/relatorio%202011_%20(1).pdf)

O IPHAN em sua atuação, busca formar e aperfeiçoar gestores e agentes na área do patrimônio cultural. O Mestrado Profissional e o Centro Lucio Costa representam avanços importantes para que a instituição seja referência na rede de valorização e compromissos com o patrimônio. O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural decorre da experiência positiva do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), que se dedicava à formação interdisciplinar de profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural.

Link: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/243>

A Secretaria de Articulação Institucional, do MinC promove cursos relacionados ao Programa Nacional de Formação de Gestores Culturais. E também ações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (PADEC), com a realização do Curso de Formação de Gestores Públicos e Agentes Culturais do Estado, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); sendo expectativa do MINC, poder replicá-lo, num futuro próximo, em escala nacional.

Link: <http://www.cultura.gov.br/sai>

O Ministério do Planejamento, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap e o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, oferece cursos à distância e presenciais sobre o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv.

Link: <https://www.convenios.gov.br/portal/capacitacao.html>

Meta 20) Média de 4 livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada Brasileiro

Esta meta refere-se ao aumento do número de livros lidos por pessoa fora do aprendizado formal, por ano (META, 2011, p.50).

Fonte de dados sugerida:

Pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, elaborada por uma instituição privada /Instituto Pró-livro (IPL). Única pesquisa, em âmbito nacional, que tem por objetivo avaliar o comportamento leitor do brasileiro, apresenta alguns ajustes nas metodologias para o aprofundamento do estudo nos diferentes anos pesquisados. A proposta agora é que nas próximas edições, a pesquisa mantenha a periodicidade de três anos para a construção de séries históricas e estudos de tendências e, contribuir para o aperfeiçoamento da metodologia proposta pelo CERLALC e possibilitar efetivamente a comparação com os indicadores de outros países.

Link:

http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf

2ª Edição Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil – 2008

Foi adotada metodologia desenvolvida pelo Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), da Unesco, e pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) com o propósito de orientar as pesquisas sobre leitura realizada em toda a América Latina. Com relação à primeira edição, sempre que possível os dados foram apresentados de forma a permitir uma comparação com os números apurados na primeira edição. Em função da nova metodologia adotada no Brasil e demais países da América Latina, nem sempre, no entanto, foi possível a comparação entre os resultados e indicadores de leitura.

3ª Edição Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil – 2011

Divulga e compila resultados para os anos de 2007, 2011 e 2014, nos últimos três meses e no ano pesquisado que atendem à meta 20. Para acesso em

Link: <http://prolivro.org.br/home/index.php/atuacao/25-projetos/pesquisas/3900-pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil-48>

Outras fontes sugeridas:

Associação Brasileira de Livros Escolares – ABRELIVROS. Link: http://www.abrelivros.org.br/home/images/abrelivros/arquivos/2834_10.pdf

Câmara Brasileira de Livros – CBL.

Link: <http://www.cbl.org.br/telas/servicos/documentos.aspx>

Sindicato dos Editores de Livros – SNEL. Informa dados do setor livreiro sobre vendas ao mercado privado, vendas ao governo federal e a “Pesquisa Retratos da Leitura” no Brasil, a última referente ao ano de 2011. Link:

<http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/pesquisas>

Diretoria do Livro, Leitura e Literatura – DLLLB, do Ministério da Cultura (MinC).

À DLLLB compete à formulação, implementação, monitoramento e avaliação da política do Ministério no campo do livro e da leitura, fundamentada nas diretrizes, objetivos e eixos de ação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Por força do Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, a DLLLB incorporou em seu escopo o Sistema Nacional de Bibliotecas (SNBP); o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER); a Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles - BDB, além das Coordenações-Gerais de Leitura e de Literatura e Economia do livro.

Link:

http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/diretoria-de-livro-leitura-literatura-e-bibliotecas-divulga-primeira-fase-de-reultado-de-tres-editais/10883

A pesquisa A Economia da Cadeia Produtiva do Livro/BNDES, 2005.

Link:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/onhecimento/ebook/ebook.pdf

Pesquisa Nacional sobre Hábitos Culturais, 2010. Fecomércio-RJ.

Pesquisa realizada pela Fecomércio-RJ em parceria com a Ipsos. Cobertura nacional, dados para os anos de 2007, 2009 e 2010. A principal razão para a realização desta pesquisa – em sua quarta edição – está no fato de o Sistema Fecomércio-RJ, composto por Sesc, Senac e Fecomércio-RJ, considerar a cultura um dos principais meios de inserção social, um fator essencial para o desenvolvimento do país.

Link:

<http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=9891&sid=90>

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS. Assistência Social. Percepção sobre pobreza: causas e soluções. Brasília, 21 dez. 2011.

No SIPS sobre cultura, a pesquisa “Frequencia das práticas culturais dos brasileiros”/IPEA, sistematiza as pesquisas de percepção realizadas ao longo de 2010, feitas a partir da realização de entrevistas em todas as unidades da Federação. Quanto à pesquisa “Frequencia das práticas culturais dos brasileiros”, ocorre que a instituição alega que não tem mais capacidade operacional para realizar a pesquisa de campo. Proposta de renovação do acordo de cooperação técnica com o IPEA para tentar operacionalizar a pesquisa. O CERLAC também é uma instituição que desenvolveu a metodologia para aferição dos dados da meta, mas não possui condição de aplicar a pesquisa.

Link:

http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/livro_sistemaindicaadores_sips_01.pdf

Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Secom, 2014.

Maior levantamento sobre os hábitos de informação dos brasileiros, a PBM 2015 pesquisou os meios de comunicação de televisão, rádio, internet, jornal, revista, confiança na mídia e os veículos públicos e estatais, para compreender como o brasileiro se informa. A PBM 2015 foi realizada pelo IBOPE.

Link:

<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>

Hábitos culturais. JLEIVA CULTURA & ESPORTE, 2014

Em parceria com o Datafolha, pesquisa mapeia hábitos culturais em diferentes municípios brasileiros.

Link: <http://www.jleiva.com.br/>

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura, IBGE.

A publicação aborda aspectos relevantes da cultura nos entes federativos considerados, nas 27 Unidades da Federação e nas 5.570 municipalidades brasileiras, levantando informações sobre ações ou programas voltados para a leitura de livro, em 2014.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 21) 150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema

Aumentar o lançamento de filmes brasileiros nos cinemas traduz o compromisso de fomentar essa produção e fazê-la circular de forma a torná-la acessível ao maior número de pessoas. Além de incentivar a realização de filmes de longa-metragem de produção ou coprodução brasileira, é necessário estimular a exibição desses filmes no circuito comercial de cinema. Isso, porque são nessas salas – localizadas em shoppings, centros culturais etc. – que a maioria das pessoas vai assistir a filmes.

Fontes de dados sugeridas:

Filme B

Venda de bilhetes, faturamento, salas de cinema e filmes mais vistos no Brasil e em outros países.

Link: <http://www.filmeb.com.br/estatisticas>

Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (Ancine)

Portal de dados do mercado de cinema e audiovisual no Brasil: produção nacional, bilheterias, lançamentos, exibição, TV paga, fomento, salas de exibição, monitoramento de programação, relatórios financeiros. Abrangência: Nacional e estadual.

Link: <http://oca.ancine.gov.br/>

<http://oca.ancine.gov.br/informes-anuais.htm>

http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/Dados_gerais_do_mercado_brasileiro_2014.pdf

<http://oca.ancine.gov.br/dados-mercado.htm>

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura, IBGE.

A publicação aborda aspectos relevantes da cultura nos entes federativos considerados, nas 27 Unidades da Federação e nas 5.570 municipalidades brasileiras, levantando informações sobre o apoio financeiro à produção de filmes de curta duração, de média duração e de longa duração, em 2014.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 22) Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato

Esta meta tem como objetivo valorizar grupos de criadores locais e estimular a experimentação artística de caráter profissional ou amador. Por meio do fomento à pesquisa de linguagens e da manutenção de núcleos continuados de criação, pretende-se

estimular a ampliação desses grupos em atividade nos municípios brasileiros (META, 2011, p.53).

É importante valorizar a existência de grupos e coletivos artísticos locais, pois são espaços privilegiados para a experimentação e inovação, tanto amadora como profissional. Além disso, são lugares nos quais as manifestações artísticas podem ser divulgadas e a diversidade cultural, valorizada.

Fontes de dados sugeridas:

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura, divulgada pelo IBGE, nas 27 Unidades da Federação e nas 5.570 municipalidades brasileiras, em 2014.

A publicação aborda aspectos relevantes da cultura nos entes federativos considerados, fornecendo informações sobre o panorama do setor no que diz respeito à existência de atividades artísticas e artesanais, entre outros aspectos.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 23) 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o governo federal, as Unidades da Federação (UF) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC)

Criado pelo programa Cultura Viva do MinC, o Ponto de Cultura tem como característica a gestão compartilhada entre poder público (municipal, estadual ou federal) e a comunidade. É uma meta que tem sua governabilidade distribuída entre os entes federados.

O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura permitirá a autodeclaração, o mapeamento e a articulação entre Pontos de Cultura e se constituirá em uma futura rede social de troca e colaboração para a Cultura.

Fontes de dados sugeridas:

Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC)

Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. 2011

Esta é uma publicação do IPEA que representa parte do esforço em colocar sob perspectiva e à luz da crítica as experiências vividas em torno do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), e também conhecido por abrigar os Pontos de Cultura.

Link:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_pontosdecultura.pdf

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura

Divulgada pelo IBGE, nas 27 Unidades da Federação e nas 5.570 municipalidades brasileiras, em 2014, a publicação levanta informações sobre a existência de pontos de cultura e tamanho populacional do município.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 24) 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais

Projetos que se enquadram nesta meta são aqueles que envolvem festivais, mostras, exposições, espetáculos e atividades de artes visuais, teatro, dança, circo, música e outras linguagens artísticas. Podem ser também contemplados projetos ligados a festas populares, feiras, jornadas e mostras literárias, além daqueles relacionados à moda, ao design e ao artesanato, entre outras áreas.

Fontes de dados sugeridas:

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura.

A publicação aborda aspectos relevantes da cultura nos entes federativos considerados, fornecendo informações sobre o panorama do setor no que diz respeito à existência de 19 tipos de grupos artísticos nos municípios brasileiros e atividades artesanais.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>

Outras fontes de dados que podem ser extraídas do SICONV,

Link: <https://convênios.gov.br/siconv>

<https://www.convenios.gov.br/siconv/participe/ListarParticipesComHabilitacoes/ListarParticipesComHabilitacoes.do?exibeFiltro=true>

SIGA Brasil, que é um sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos.

Link: www.sigabrasil.gov.br

<http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil>

Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - Salic web trará inúmeras facilidades e benefícios aos seus usuários, já que todas as fases de tramitação, desde a admissibilidade até a prestação de contas, passam a ser automatizadas. Certamente é a maior fonte de dados do MinC.

A sugestão da Sefic/MinC é a de identificar o quanto do incentivo fiscal impacta sobre as metas do PNC e PPA. A Salic faz gestão de mecenato é uma informação importante para contribuir com informações que sirvam para o incentivo fiscal, editais e editais estaduais.

Deve ser considerado ainda que o MinC e a Fundação Getúlio Vargas elaboraram uma pesquisa com sobre a “Tabela de referência de preços de serviços e mão de obra no setor cultural”, mas não deu continuidade. Seria importante retomar esta pesquisa porque serve de base para os projetos de incentivo fiscal.

Outra informação importante é que a partir dos anos 90, não há como separar o artista amador do profissional, dado que nos editais, todos os inscritos se tornam “profissionais”, dificultando a análise do cenário para saber onde fomentar. Hoje, primeiro se fomenta e, a partir do feedback deste fomento é que se analisa a continuidade ou não do recurso.

Link: <http://novosalic.cultura.gov.br/cidadao?intranet>

Quanto ao Fundo Nacional de Cultura, os técnicos da Sefic/MinC apontaram a dificuldade em procurar a informação consistente quando se faz o TED para outra empresa, porque não se sabe o quanto foi gasto, se perde o grau de detalhamento da informação. Neste contexto, busca-se o desenvolvimento de um sistema estruturado para que as bases do Sistema MinC e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, possam se comunicar. Além dos estudos dos observatórios de fomento, das universidades federais da Bahia (UFBA) e do Rio Grande do Sul (UFRGS), que serão elaborados ainda no ano de 2016. Os estudos, o “Panorama dos fomentos nos Estados” da UFBA, captará dados das secretarias estaduais, descreve o desenho de política de incentivo fiscal predominante e, qual tipo de projeto que é apoiado, além de levantar dados do proponente, enquanto o da UFRGS levantará informações conjunturais da cultura para a construção de uma base de dados de incentivo à cultura, de 2014 a 2015.

Link:

<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1313236/TED+SEFIC-UFBA+2015.pdf/8b436898-b55f-48c4-a477-87927245aced>

<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1313236/TED+SEFIC-UFRGS+2015.pdf/43214fd6-d94f-4b14-adcc-0b404f27198c>

Meta 25) Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional

Com recursos do Fundo Nacional da Cultura (FNC), o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural consiste na concessão de recursos financeiros, a título de ajuda de custo, para artistas, estudiosos da cultura, técnicos, agentes culturais, mestres e mestras dos saberes e fazeres populares, com residência permanente no Brasil, participarem de eventos promovidos por instituições brasileiras ou estrangeiras.

O objetivo é promover a difusão cultural por meio do intercâmbio nas áreas das artes visuais, do circo, da dança, do teatro, da música, do audiovisual, da memória, do movimento social negro, do patrimônio museológico, do patrimônio cultural, das novas mídias, do design, de serviços criativos, das humanidades, da diversidade cultural e de outras expressões culturais consideradas relevantes pelo Ministério da Cultura.

Fontes de dados sugeridas:

O Programa Conexão Cultura Brasil, da Secretaria da Economia Criativa, do Ministério da Cultura (MinC), tem como objetivo promover a presença de artistas e empreendedores brasileiros em eventos artísticos e de negócios, culturais e em atividades de formação (cursos e estágios) no Brasil e no exterior, com ajuda de custo para participar de eventos culturais, artísticos e de negócios, além de festivais e cursos. Divulga a relação dos requerimentos selecionados pela Comissão de Avaliação e Seleção do Edital Conexão Cultura Brasil Intercâmbios, para participação em eventos culturais.

Link:

http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/03.02+Fev_2%C2%BA_Divulga%C3%A7%C3%A3o_Sele%C3%A7%C3%A3o_Final.pdf/bf8535fc-42c5-4d2e-8baf-7a4724b0e242

O IberCultura Viva é um programa de cooperação intergovernamental para a criação e o fortalecimento das políticas públicas de cultura viva comunitária. É vinculado à Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib) e tem o apoio administrativo da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC) é a sede da Unidade Técnica do programa. Para incentivar a troca de experiências entre esses países e a criação de projetos conjuntos, o programa IberCultura Viva propõe: 1) intercâmbio (mobilidade e criação de redes) entre agentes culturais; 2) participação no II Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária e 3) criação de conteúdos culturais (produtos) feita em conjunto por organizações da sociedade civil de dois ou mais países.

Link:

http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3x1R9iTn/content/id/1282267

Ainda em relação aos acordos internacionais, na IV Reunião da Cosban (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Coordenação), os representantes dos dois países assinaram ata que propõe diversas ações em temas internacionais de interesse mútuo, contribuindo em assuntos relativos à governança global e a criação do Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva. A Cultura é citada no documento que celebra as intenções de cooperação como uma das importantes áreas da parceria estratégica global bilateral, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento mútuo e, indicando a economia da cultura como o ponto chave dessa cooperação. Segundo o termo assinado entre os dois países, “as partes concordaram em reforçar o intercâmbio na área da economia da cultura e estimular a cooperação entre as indústrias culturais”. Entre as áreas que serão alvo de cooperação, estão o audiovisual, o patrimônio cultural e a literatura. O incentivo à participação de artistas individuais ou grupos artísticos em festivais internacionais de arte e cultura, concursos, exposições e fóruns de caráter internacional realizados no território da outra parte também estão previstos. A Parte Chinesa ainda realizará o Festival Cultural da China durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, ação que integrará o Ano do Intercâmbio Cultural entre a China e os países latino-americanos.

Link: <http://pnc.culturadigital.br/2015/06/29/cultura-contemplada-em-acordo-bilateral-entre-brasil-e-china/>

Edital de Intercâmbio 2015 do Ministério da Cultura

Oferta ações em eventos, festivais, cursos, produções, pesquisas, residências, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil ou no Exterior.

Link: <http://sistemas.cultura.gov.br/propostaweb/>

Meta 26) 12 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa de Cultura do Trabalhador (Vale Cultura)

O Vale Cultura dá oportunidade para que mais pessoas tenham acesso a espetáculos, shows, cinema, exposições, livros, música, instrumentos musicais e muito mais, para todos os trabalhadores que tenham vínculo empregatício formal com empresas que aderiram ao programa. O foco são aqueles que recebem até cinco salários mínimos, para estimular o acesso à cultura aos cidadãos de baixa e média renda.

A Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic) informou que o programa tem um sistema próprio e que a plataforma SpagoBI, de visualização e análise de dados, está em construção.

Um dos problemas levantados está diretamente relacionado com os dados alimentados e disponibilizados pelas dezessete (17) operadoras do cartão Vale Cultura. O preenchimento incorreto do formulário, com erros de casas decimais, gera dados com inconsistência.

A Secretaria sugere, para avaliar o potencial do programa, que se possa vir a cruzar os dados do programa SpagoBI com os dados da RAIS, com foco na política até 5 salários mínimos, podendo incluir na análise os trabalhadores que recebem acima de 5 SM.

E também, poder relacionar as empresas que são tributadas por lucro real, as que são mais favorecidas com o incentivo fiscal. A base de dados é da Receita Federal e há uma dificuldade em receber esses dados, dificultando o levantamento e análise das empresas que tem ou não o incentivo fiscal.

A Sefic gostaria de propor uma pesquisa qualitativa para conhecer o perfil do trabalhador que recebe o Vale Cultura.

Fonte de dados sugerida:

Diretoria de Gestão de Mecanismos de Fomento - DGMF da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic)

Link:

<http://www.cultura.gov.br/secretaria-de-fomento-e-incentivo-a-cultura-sefic>

Meta 27) 27% de participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos nas salas de cinema

A Agência Nacional do Cinema (ANCINE) disponibiliza à classe cinematográfica, pesquisadores, jornalistas e interessados em geral, dados estatísticos, boletos de recolhimento, referente a opções de mecanismos legais, formulários, editais, informações e notícias, na intenção de facilitar o acesso à informação a respeito de suas realizações e competências. Disponibiliza dados de mercado de filmes e bilheteria.

Fonte de dados sugeridas: Agência Nacional do Cinema (ANCINE).

Link:

http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/DadosMercado/Dados_gerais_do_mercado_brasileiro_2014.pdf

<http://www.ancine.gov.br/ancine/apresentacao>

Meta 28) Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro, cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música

As políticas públicas devem, ao mesmo tempo, ampliar a oferta de eventos e espaços voltados a atividades culturais e aumentar os estímulos para que os cidadãos frequentem mais museus, exposições, teatros, cinemas, espetáculos de dança e circenses, além de shows de música.

Fontes de dados sugeridas:

Sistema de indicadores de percepção social – cultura, 2010

Este estudo realizado pelo Ipea mostra percepções da população sobre diversos temas ligados a cultura, como localização de equipamentos, tempo para práticas culturais, obstáculos ao acesso à cultura, abrangência nacional, ano de publicação:

Link:http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101117_sips_cultura.pdf

Públicos de Cultura, Sesc/Fundação Perseu Abramo, 2013
Estudo do perfil do consumidor de cultura que analisa seus hábitos, abrangência nacional.

Link: <http://www.sesc.com.br/portal/site/publicosdecultura/inicio/>

A Economia da Cadeia Produtiva do Livro, BNDES: 2005
Pesquisa que mapeia o setor no Brasil descreve o mercado internacional e analisa impacto das novas tecnologias, abrangência nacional.

Link:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/cohhecimento/ebook/ebook.pdf

Jordão, Gisele e Allucci, Renata R. – Panorama Setorial da Cultura Brasileira, 2013-2014 – Allucci & Associados Comunicações, São Paulo, 2014.

Analisa os resultados de uma ampla pesquisa quantitativa distribuída por todo o território brasileiro.

Link: ///C:/Users/Casa/Downloads/pdfs-pscb_2013-2014.pdf

Meta 29) 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência

O acesso físico das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos espaços culturais, seus acervos e atividades deve ser viabilizado com a adaptação do espaço físico para essas pessoas e também com a oferta de bens e atividades culturais em formatos acessíveis. O Censo 2010 revelou que quase ¼ da população brasileira (23,9%) tem algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 45,6 milhões de pessoas.

Fontes de dados sugeridas:

A FCRB vem realizando estudos e levantamentos a respeito desta ação, já conta com um sistema de audioguia para a visita do museu, equipamento eletrônico gratuito que complementa a visita de deficientes.

Sugestão e comentários: contratar um tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa, que faz parte do Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. A FCRB está estudando a adequação das instalações à legislação de acessibilidade e, só informam ao MinC se atendem aos requisitos da meta, não o quantitativo.

O Centro de Memória e Informação coordena essas informações.

Link:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=23&ID_M=412

Para o IPHAN a mobilidade e acessibilidade em áreas urbanas tombadas é um tema importante na gestão urbana e patrimonial, principalmente porque existem marcos legais a serem cumpridos. Na maior parte das cidades brasileiras essas questões ainda não estão resolvidas. O grande desafio é compatibilizar as intervenções necessárias para garantir a mobilidade e acessibilidade com a preservação do patrimônio tombado.

O instituto tem o compromisso de execução desta meta de acessibilidade e o PAC é a fonte de dados.

Outra iniciativa do IPHAN foi o estudo sobre Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos, na série de Cadernos Técnicos, Vol. 9, 2014. ISBN: 978-85-7334-253-6

Este Caderno Técnico destina-se aos gestores do IPHAN, das secretarias estaduais das Cidades e da Cultura, das prefeituras municipais, e aos demais interessados no tema da mobilidade, acessibilidade e qualificação dos espaços urbanos. Aborda tais temas considerando as especificidades dos conjuntos urbanos tombados e de interesse para a preservação e, apresenta conceitos, princípios e diretrizes gerais sobre mobilidade e acessibilidade em centros históricos, além de uma metodologia de elaboração de Planos de Mobilidade e Acessibilidade, entre outras informações.

Link:

http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9_CadernoAcessibilidade_m.pdf

Segundo o Ibram, além das adaptações arquitetônicas e comunicacionais, o treinamento e a sensibilização da equipe são fundamentais para garantir a segurança e a autonomia do visitante com deficiência. Vale a reflexão sobre como atender essa enorme parcela da população que está deixando de ser atendida nos museus em todo o país.

Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia (Cemae/DPMUS/Ibram), mencionou o projeto de Requalificação Arquitetônica e Expográfica dos Museus do Ibram e lembrou o trabalho realizado pelo instituto, em parceria com a UFRJ e a Faperj, que resultou em um diagnóstico sobre condições de acessibilidade em museus do Rio de Janeiro. Alguns desses dados estão disponíveis na publicação Cadernos Museológicos: Acessibilidade a Museus, disponível para download na página do Ibram. Saiba mais sobre o Programa Nacional de Educação Museal.

Link:

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf
<http://pnem.museus.gov.br/>

Outra fonte de dados sugerida é a Pesquisa Nacional para o mapeamento de acessibilidade para pessoas com deficiência nos Pontos de Cultura de todo o Brasil. A mobilização para o mapeamento se dará a partir do GT Acessibilidade dos Pontos de Cultura, da parceria com outros GTs da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e alun@s ponteir@s do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural, através de suas redes de contatos e diferentes plataformas e através das redes institucionais do MinC (mailling, Regionais, boletins e redes sociais).

Pesquisa Nacional para o mapeamento de acessibilidade para pessoas com deficiência nos Pontos de Cultura de todo o Brasil.

Link:

<http://pontosdecultura.org.br/noticias/iniciada-pesquisa-nacional-de-acessibilidade-nos-pontos-de-cultura/>

O projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas é uma iniciativa do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) do Ministério da Cultura. A Mais Diferenças é a organização definida em edital para executá-lo.

Por meio de um formulário, os responsáveis pelas bibliotecas são convidados a contribuir com informações sobre os mais diferentes aspectos de acessibilidade e

inclusão de pessoas com deficiência nestes espaços: arquitetura, acervo, capacitação técnica, atendimento dos usuários, comunicação, sinalização, etc. Os dados cadastrais bem como as informações prestadas ficam armazenados em ambiente seguro, sob os cuidados do SNBP, e serão utilizados para a realização do Diagnóstico Nacional de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

Este diagnóstico faz parte de um projeto maior, o Acessibilidade em Bibliotecas Públicas, que construirá e disseminará conteúdos, referenciais, estratégias e instrumentos por toda a rede de bibliotecas públicas do país. Estimulará ainda a articulação e a troca de conhecimento e experiências entre bibliotecas e bibliotecários. Atuará, por fim, de forma transversal no estímulo aos programas, políticas e projetos de ampliação da leitura e valorização do livro no Brasil de forma acessível e inclusiva.

Link: <http://acessibilidadeembibliotecas.culturadigital.br/>

Segundo informação do site da revisão do Plano de Metas elaborado pela SPC/MinC, o Ministério, por meio da Secretaria do Audiovisual (SAv), está apoiando a elaboração de um Guia da Produção Audiovisual Acessível, que servirá de referência para todos os realizadores do audiovisual no Brasil. O documento está sendo produzido por uma equipe formada por professores e mestrandos da Universidade de Brasília (UnB), professores da Universidade Federal do Ceará (UFCE) e profissionais especializados no tema.

Serão abordados no guia temas como áudio-descrição, legenda para surdos e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meios de acesso ao conteúdo audiovisual. O foco da SAV é a acessibilidade de conteúdo para deficientes auditivos e visuais.

A Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, como fomentadora da produção audiovisual, assumiu o compromisso de inserir nos seus concursos a obrigatoriedade de inclusão de ferramentas de acessibilidade à produção cultural realizada com aporte de recursos da Pasta. A secretaria ainda implantará um Núcleo de Produção Digital (NPD) para a formação e produção de obras audiovisuais acessíveis.

Link:

<http://pnc.culturadigital.br/2015/09/09/especialistas-elaboram-guia-para-producao-audiovisual-acessivel/>

Meta 30) 37% dos municípios brasileiros com cineclube

Exibir filmes e outras atividades artísticas e promover o debate sobre o seu conteúdo, também ajuda a formar público para as artes.

Fontes de dados sugeridas:

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura, do IBGE.

A pesquisa indaga sobre a existência no município de grupo de Cineclube e define o cineclube como uma atividade de exibição sistemática de programas audiovisuais promovida por grupos associativos, com finalidade cultural. As atividades não devem ter fins lucrativos e o cineclube deve ter estrutura e direção democráticas. As sessões podem ou não ter cobrança.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Conselho Nacional de Cineclubes Brasileiros, com dados de cineclubes por estado e região.

Link: <http://www.cineclubes.org.br/secao/249-cnc-brasil>

O Cine Mais Cultura é outra ação, prioritária e estratégica, que visa democratizar o acesso à cinematografia nacional e apoiar a difusão da produção audiovisual brasileira por meio da exibição não comercial de filmes. Atualmente o programa está sob avaliação quantitativa e qualitativa. Essa avaliação dará a Secretaria do Audiovisual – SAV do Ministério da Cultura, um mapeamento cuja finalidade é tornar a ação mais dinâmica e sistematizada, com um acompanhamento mais detalhado, fortalecendo assim o diálogo entre as redes, o MinC e a sociedade.

Link: <http://www.cultura.gov.br/secretaria-do-audiovisual-sav>

Meta 31) Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural, na seguinte distribuição: 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos um tipo; 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes com pelo menos dois tipos; 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos três tipos; 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos três tipos; 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos; 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos.

Os Espaços culturais, museus, teatros, salas de espetáculos, arquivos públicos, centros de documentação, cinemas e centros culturais, contribuem para democratizar a cultura e para integrar populações, tanto de áreas periféricas como centrais, pois oferecem aos cidadãos acesso a bens e serviços culturais.

Fonte de dados sugerida:

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura, do IBGE.

A pesquisa levantou aspectos relevantes da cultura nos municípios brasileiros, fornecendo informações sobre o panorama do setor no que diz respeito à existência de equipamentos culturais segundo as classes de tamanho da população dos municípios.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 32) 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento

Esta meta refere-se à presença de ao menos uma biblioteca pública na totalidade de municípios brasileiros (META, 2011, p.68).

Fontes de dados sugeridas:

Com o intuito de apoiar o desenvolvimento das políticas culturais nacionais voltadas para bibliotecas públicas municipais e estaduais, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) realiza sistematicamente a atualização dos dados acerca desse tipo de equipamento cultural. A última atualização foi realizada em abril de 2015, dentro do escopo do Projeto Mais Bibliotecas Públicas.

Link:

<http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>

O mapeamento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas é uma das peças do Cadastro Nacional de Bibliotecas e estará voltado para a difusão e promoção das bibliotecas brasileiras, a fim de reunir informações sobre as bibliotecas públicas e comunitárias.

<http://bibliotecas.cultura.gov.br/>

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura, do IBGE

Investiga a existência do equipamento bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Censo nacional de bibliotecas públicas municipais, 2009

Este censo é sobre o perfil de bibliotecas públicas em municípios brasileiros, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem abrangência Nacional, regional e estadual.

Link: <http://forumleitura.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Censo-bibliotecas-publicas-brasil.pdf>

Anuário Estatístico das Bibliotecas Públicas Estaduais da Bahia, 2015

A Fundação Pedro Calmon, vinculada à Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, coordena o sistema de Arquivos e Bibliotecas Públicas do Estado e coordena o levantamento do acervo, serviços e estrutura de bibliotecas públicas municipais baianas deste anuário.

Link:

http://www.fpc.ba.gov.br//arquivos/File/Publicacoes/anuario_estatistico_bibliotecas_publicas_estaduais.pdf

Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SisEB, 2013

O SisEB é uma base de dados que contém informações das bibliotecas públicas municipais que responderam o questionário aplicado pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. É um relatório que seleciona por região, município e ano, a estrutura de bibliotecas públicas paulistas.

Link: http://www.bibliotecaspaulistas.sp.gov.br/publico/catalogo_bibliotecas.aspx

Meta 33) 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento

O projeto dos Centros de Artes e Esportes Unificados (anteriormente chamados de Praças dos Esportes e da Cultura), que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) se refere aos locais que reúnem ações de cultura, lazer, esporte, formação e qualificação profissional, inclusão digital e serviços de assistência social. Esses centros são criados especialmente em áreas de baixo desenvolvimento econômico. Também se estabeleceu outra política, por meio da Diretoria de Programas Especiais de Infraestrutura Cultural (DINC/MinC) com o processo de ativação dos Territórios de Vivência que são as áreas próximas aos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), nas quais se estabelecem as redes socioculturais e o cotidiano de vida da comunidade, que correspondem a um raio médio de até 50 km desses locais.

Fontes de dados sugeridas

SNIIC, desenvolvido pela SPC do MinC, é a fonte de aferição desses dados.

O MinC vem realizando amplo mapeamento sociocultural dos Territórios de Vivência dos CEUs, como estratégia de mobilização social das comunidades locais.

Link:

<http://ceus.cultura.gov.br/index.php/mapeamento-dos-territorios-de-vivencia/map-tecidos-socioculturais>

Meta 34) 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados

Os programas de modernização das bibliotecas públicas e museus buscam favorecer ações de aprimoramento de suas instalações ou aquisição de equipamentos, material permanente ou acervos, visando atender às suas atividades-fim.

A Secretaria de Estado da Cultura torna público o chamamento às prefeituras municipais paulistas que possuem uma ou mais bibliotecas públicas em funcionamento, integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SISEB), para inscrever projetos visando modernizar suas instalações e aprimorar seus serviços à comunidade.

“As bibliotecas públicas modernas se concebem atualmente como um projeto de formação de cidadãos, fomentando a relação cotidiana das pessoas e das comunidades com a leitura, a escrita e o aprendizado permanente e a vida da comunidade, bases fundamentais sem as quais a democracia e o respeito não são possíveis²”

Fontes de dados sugeridas:

Programa de modernização de bibliotecas públicas municipais vinculadas ao sistema estadual de bibliotecas públicas – SISEB.

Link:

http://aprendersempre.org.br/arqs/EDITAL_PROGRAMA%20DE%20MODERNIZACAO%20DE%20BIBLIOTECAS%20PUBLICAS_2014.pdf

As bibliotecas já cadastradas podem ser visualizadas pelo site www.bibliotecaspaulistas.sp.gov.br.

O Chamamento Público Modernização de Museus consiste em avaliar e selecionar projetos para modernização de instituições museológicas, com a finalidade de formar um banco de projetos para apoio financeiro. O chamamento tem previsão de aporte oriundos do Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura. Os projetos selecionados farão parte de um banco de projetos e serão apoiados de acordo com a disponibilidade orçamentária do Instituto Brasileiro de Museus, não conferindo direito subjetivo ao participante de celebrar convênio.

Link:

<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Edital-Modernizacao-2015.pdf>

A documentação sobre os trabalhos de preservação do patrimônio cultural brasileiro ficará disponível para a população por meio eletrônico. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com o BNDES está recebendo recursos do banco que serão utilizados para modernizar o Arquivo Central constituindo o sistema de acesso pela internet. A proposta do IPHAN foi desenvolvida por técnicos da Coordenação de Documentação e Pesquisa (COPEDOC), do Departamento de

² Rodríguez Santa María, Gloria María. As bibliotecas públicas que queremos. São Paulo: Secretaria da Cultura do Governo do Estado, Unidade de Bibliotecas e Leitura, 2013 (Caderno Notas de Biblioteca, 6)

Articulação e Fomento (DAF), em parceria com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), do Departamento de Planejamento e Administração (DPA).

Link: <http://portal.IPHAN.gov.br/noticias/detalhes/517/modernizacao-do-arquivo-central-do-IPHAN-aproxima-brasileiros-da-memoria-do-pais>

Meta 35) Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura

Esta meta refere-se à capacitação de gestores de instituições e equipamentos culturais. Para que os equipamentos tenham adequado funcionamento, é que se reconhece a necessidade de que seus gestores e funcionários sejam capacitados e qualificados.

A capacitação deve abordar temas relacionados à gestão de equipamentos públicos; apropriação de conteúdo dos serviços oferecidos; elaboração e gestão de projetos; produção e programação de atividades; capacitação tecnológica e administrativa; turismo; leis de incentivo, editais e captação de recursos; e ao estabelecimento de parcerias com entes públicos e privados (METAS, 2011 p.71).

Fontes de dados sugeridas:

SNIIC do Ministério da Cultura, em implantação, é a fonte de dados.

O Ministério da Cultura oferece o Programa de Capacitação em Gestão de Equipamentos Públicos, desenvolvido pela Fundação Getulio Vargas, a partir de conteúdo sobre programas, projetos e ações do Governo Federal que tenham relação com o funcionamento e manutenção do equipamento público. O Programa tem como principal objetivo investir na preparação inicial dos participantes para a gestão compartilhada dos equipamentos públicos a partir da reflexão sobre a sua importância.

O Programa de Capacitação em Gestão de Equipamentos Públicos destina-se à preparação dos gestores dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), representados pelo ente federado de forma compartilhada entre as diversas Secretarias que compõem o poder público local e a comunidade do entorno do equipamento público em relação à proposta de Mobilização Social e Gestão dos CEUs, focando na gestão compartilhada para a manutenção do equipamento público, seus usos e sua programação.

Link:

<http://sv.www5.fgv.br/fgvonline/mincceus/docs/INFOPEC9.pdf>

Outra fonte de dados sugerida é a pesquisa do Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014, Suplemento de Cultura, do IBGE. A publicação investigou as unidades da federação e os municípios que oferecem e ofereceram cursos de capacitação na área da cultura para seus servidores por tipo de curso, segundo grandes regiões, estados e municípios.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 36) Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UF) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes.

É fundamental que as pessoas que trabalham com política e gestão cultural recebam capacitação específica na área de cultura. Por isso, pretende-se, com esta meta, que o Ministério da Cultura (MinC) realize ações que estimulem cursos de qualificação para gestores e também para conselheiros de órgãos que fazem parte do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Fontes de dados sugeridas:

Pesquisa do Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2014, investigou a capacitação dos servidores públicos municipais e estaduais lotados no setor cultural.

A “elaboração e gestão de projetos” foram os cursos predominantes para estados e municípios na capacitação dos servidores. O curso de gestão cultural foi visto como de maior importância para os municípios, seguindo-se a captação de recursos e a lei de incentivos fiscais. A hierarquia de incidência para os cursos não é totalmente coincidente entre os dois entes federados, assim como a parceria para a realização da capacitação, que foi menos recorrente nas municipalidades e mais presente nos estados (PERFIL, 2014, p. 38).

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura é outra fonte de dados sobre a quantidade de Unidades da Federação e municípios que possuem gestores de cultura e conselheiros capacitados.

Link: <http://www.cultura.gov.br/>

Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro oferece o Curso de formação de gestores públicos e agentes culturais, tem como objetivo a qualificação de gestores públicos municipais de cultura, conselheiros municipais de cultura, agentes e animadores culturais dos municípios do estado fluminense.

Link: <http://sec.cecierj.edu.br/sobre.php>

Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural, uma parceria da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do Ministério da Cultura (MINC), executado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal do Pará/UFPA.

Link: <http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/cursos/cursonde-gestao-cultural>

Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura

Tem como objeto o apoio técnico e capacitação aos Estados para elaboração de Planos Estaduais de Cultura. É desenvolvido através de convênio entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Link: <http://planosdecultura.ufsc.br/>

Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Pública de Cultura do Acre

Link:

http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/gestores-e-conselheiros-culturais-terao-curso-de-formacao-no-acre/10883

Curso de Formação de Gestores Culturais da Paraíba

Link:

<http://paraiba.pb.gov.br/governo-inscreve-para-curso-de-formacao-de-gestores-culturais-da-paraiba/>

Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste

Esta é uma pós-graduação lato sensu em gestão cultural que reforça a importância do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O curso é oferecido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura.

Link:

http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1029&Itemid=273

Meta 37) 100% das Unidades da Federação (UF) e 20% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes, com secretarias de cultura exclusivas instaladas

Esta meta refere-se à criação de secretarias com atuação exclusiva na área da cultura, órgão da administração direta com competência exclusiva sobre a cultura, nas Unidades da Federação, no Distrito Federal e nos municípios (META, 2011, p.73).

Fontes de dados sugeridas:

De acordo com a Pesquisa do Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2014,

“a institucionalização de um órgão oficial de cultura seja no formato de secretaria de cultura ou como em outro modelo similar, especialmente o de fundação, na administração indireta constitui um diferencial para potencializar as funções da gestão cultural dentro da estrutura administrativa e burocrática do poder público, especialmente dos municípios.

Nessa perspectiva, o órgão gestor da cultura representa um dos principais agentes condutores e executores da política, dos programas e projetos culturais no âmbito dos estados e dos municípios. A institucionalização da área cultural credencia-a para uma atuação permanente e estruturante, oportunizando o acesso aos recursos disponíveis de ordem tecnológica, financeira, estratégica e humana, objetivando a fruição dos bens, produtos e serviços culturais”(PERFIL, 2014 p.26).

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 38) Instituição pública federal de promoção e regulação de direitos autorais implantada

Esta meta refere-se à necessidade de implantação de uma instituição pública federal de regulação, mediação, promoção e registro dos direitos autorais. Essa instituição contera setor específico que trate dos direitos autorais das culturas populares e outras, de acordo com suas especificidades (META, 2011, p. 74).

A revisão da Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9610 de 19 de fevereiro de 1998), em andamento, pretende redefinir o papel do poder Executivo no campo autoral, endereçando aquelas novas competências ao Ministério da Cultura (MinC), com destaque para os problemas relacionados à gestão coletiva de direitos, uma das atividades a serem migradas e desenvolvidas pelo novo órgão especializado e vinculado ao MinC.

Fontes de dados sugeridas:

O Instituto Brasileiro de Direito Autoral – IBDA, ainda está em processo de criação.

A Diretoria de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura é a área responsável por esta meta.

Link:

<http://www.cultura.gov.br/ddi-diretoria-de-direito-intelectual>

<http://www.cultura.gov.br/noticias-ddi/>

[/asset_publisher/QRV5ftQkXuV/content/edital-seleciona-consultores-na-area-de-direitos-autorais/18021?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fnoticias-ddi%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_QRV5ftQkXuV%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_pos%3D3%26p_p_col_count%3D4](http://www.cultura.gov.br/asset_publisher/QRV5ftQkXuV/content/edital-seleciona-consultores-na-area-de-direitos-autorais/18021?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fnoticias-ddi%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_QRV5ftQkXuV%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_pos%3D3%26p_p_col_count%3D4)

Meta 39) Sistema unificado de registro público de obras intelectuais protegidas pelo direito de autor implantado

O registro em um sistema unificado permite que o Governo Federal identifique dados importantes sobre a produção cultural e artística brasileira, além de possibilitar que essas informações fiquem disponíveis a toda a população no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Esse sistema também contribuirá para ampliar o conhecimento sobre as obras em domínio público.

O Sistema encontra-se em fase de formulação e sua criação está atrelada à revisão da Lei de Direito Autoral (Lei nº 9.610/1988), em processo de discussão (ver Meta 38).

Outra proposta do MinC, que subsidiará a compilação e sistematização das informações é a do estudo sobre uma futura migração do Escritório de Direitos Autorais – EDA instalado na Fundação Biblioteca Cultural (FBN), para uma Instituição Federal especializada em Direitos Autorais.

Link: <http://www.cultura.gov.br/ddi-diretoria-de-direito-intelectual>

Meta 40) Disponibilização na internet dos seguintes conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciados: 100% das obras audiovisuais do Centro Técnico do Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira; 100% do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); 100% das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); 100% do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (Cedoc/Funarte)

Esta meta se propõe a disponibilizar na internet os conteúdos do acervo das instituições do Ministério da Cultura (MinC), por meio da utilização de ferramentas tecnológicas e do estímulo à cultura digital. Sendo que o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) está em fase de implantação.

Fontes de dados sugeridas:

Segundo informações obtidas junto à Coordenação-Geral de Cultura Digital, é necessário padronizar a informação de “quantidade digitalizada” entre as diversas fontes para obtenção de uma mesma unidade de medida do indicador. Hoje, as diferentes unidades de medida informadas, como o acervo de livros e periódicos por quantidade obras e quantidade páginas, levam a diferentes registros.

Podemos observar como a informação está sendo obtida, por instituição vinculada ao MinC:

Centro Técnico do Audiovisual (CTAv) – quantidade digitalizada (no ano) Cinemateca, Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Nacional das Artes (Funarte) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – informam a “quantidade digitalizada total”. Sendo que a FUNARTE informa o “total do acervo” incluindo os espetáculos de teatro

Fundação Biblioteca Nacional (FBN) disponibiliza a quantidade obras do acervo da BN digitalizadas (total) e quantidade de páginas de obras do acervo da BN digitalizadas (total).

A sugestão para aprimorar o indicador desta meta é a de perguntar sobre a quantidade digitalizada total de “títulos” no ano ao invés de obras e páginas, no preenchimento das Informações a respeito do indicador, no diagnóstico das metas do PNC.

Também foi sugerida a criação de um “indicador de acesso” sinalizando se há acesso por parte dos usuários e qual tipo de utilização está sendo feito para essas obras de acervo em domínio público ou licenciado.

A implantação da ação “*Sistemas de Informação e Acervos Digitais de Cultura*” pela área da Cultura Digital, da SPC do MinC, contribui para o alcance desta meta 40. Trata-se de uma iniciativa para facilitar a captação, organização e a disponibilização de informações culturais, além do acesso e utilização dos conteúdos digitais distribuídos em instituições e iniciativas mantenedoras de acervos culturais e de patrimônio – como bibliotecas, arquivos e museus. A primeira missão ocorreu no encontro anual da rede Europeia (AGM 2015) em Amsterdã (Holanda) onde o Brasil apresentou à rede europeia as iniciativas do MinC para acervos digitais da cultura, nos dias 3 e 4 de novembro de 2015.

Link: <http://sectordialogues.org/pt-br/acao-apoiada/sistemas-de-informacao-e-acervos-digitais-de-cultura>

O IPHAN desenvolve ações de preservação de documentos originais e digitalização do Arquivo Central, para permitir o acesso, por meio da internet, às informações referentes ao patrimônio cultural brasileiro. Esse trabalho é financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do edital Programa de Preservação de Acervos 2010/2011, na Modalidade Âncora em Rede.

Com proposta da Coordenação de Documentação e Pesquisa (Copedoc), do Departamento de Articulação e Fomento (DAF), em parceria com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), do Departamento de Planejamento e Administração (DPA), o programa está em andamento e prevê o gerenciamento do sistema de informação da rede de arquivos nas unidades centrais do IPHAN, em Brasília e no Rio de Janeiro, e a integração dos acervos das 27 superintendências.

Está em execução o projeto Rede de Arquivos IPHAN. O projeto tem como escopo o tratamento, catalogação e digitalização da documentação referente à Série Inventário do Arquivo Central do IPHAN (Seção RJ); da documentação referente a quatro núcleos urbanos tombados pelo IPHAN, incluindo os arquivos setoriais das Superintendências

envolvidas; e ainda de uma amostra inicial da documentação sobre bens tombados em todo o país, sendo pelo menos um bem por estado da federação. O projeto prevê ainda o desenvolvimento de plataforma tecnológica específica que servirá como repositório da documentação digitalizada, com acesso livre ao público via web. O objetivo central do projeto é reunir em meio digital a documentação dispersa fisicamente entre as seções do Arquivo Central e Arquivos Setoriais do IPHAN, por meio de uma rede integrada virtualmente.

No primeiro ano de execução o projeto avançou nas frentes de catalogação e de conservação (higienização, restauro e acondicionamento) da documentação do Arquivo Central/RJ (etapa de catalogação concluída). A digitalização da documentação também já foi iniciada e o processo está avançado. Também se trabalhou no desenvolvimento e customização da plataforma para o repositório e estruturação do banco de dados; Essa etapa é desenvolvida juntamente com a USP/Brasília, parceira do projeto e está em fase de teste e melhoria das funcionalidades e interfaces. No ano de 2015, será iniciado o trabalho com os arquivos setoriais das quatro Superintendências envolvidas. Os demais acervos do IPHAN, já digitalizados e a serem digitalizados, serão paulatinamente inseridos no Sistema Informatizado da Rede.

Por enquanto não há condições de disponibilizar os documentos na internet, pois apesar de já haver material digitalizado, a plataforma ainda não está disponível e o site do IPHAN, atualmente, não reúne condições de infraestrutura para abrigar essa documentação.

Link: <http://portal.IPHAN.gov.br/noticias/detalhes/517/modernizacao-do-arquivo-central-do-IPHAN-aproxima-brasileiros-da-memoria-do-pais>

As obras que compõem o desenvolvimento das coleções digitais da Biblioteca Nacional Digital – BNDigital, estão disponibilizadas na internet e integram o acervo sobre:

Cartografia: atlas e mapas do Rio de Janeiro, Coleções Brasileira e Brasileira Cartográficas; Iconografia: seleção da Brasileira Fotográfica; Manuscritos: coleção Rio de Janeiro, coleção Lima Barreto, coleção Real Bibliotheca e obras de cofres; Música: manuscritos de Carlos Gomes, Ernesto Nazareth, Otávio Meneleu Campos, Julio Reis, Glauco Velasquez e partituras da Coleção Thereza Christina Maria; Obras Raras: coleção Brasileira e coleção Brasileira; Periódicos: seleção da Hemeroteca Digital e dos Diários Associados.

Link: <http://bndigital.bn.br/acervodigital/>

Os arquivos da Casa de Rui Barbosa (FCRB) estão disponíveis para acesso na Internet, porém ainda não estão no SNIIC/MinC.

O Centro de Memória e Informação disponibiliza o banco de dados do acervo iconográfico da Fundação Casa de Rui Barbosa que reúne imagens provenientes do Arquivo Histórico e Institucional (Arquivo) e do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), pelo acervo da biblioteca RBdigital, Arquivos e coleções literárias digitais, Arquivos históricos digitais, Biblioteca São Clemente digital (Livros, Periódicos, Textos, Cordel, Obras completas de Rui Barbosa *on-line* e Revista *O malho* (coleção da FCRB).

O Centro de Pesquisa disponibiliza o acervo das pesquisas desenvolvidas de Direito, Filologia e História. Recentemente passou a dedicar-se também a estudos e pesquisas sobre políticas públicas de cultura.

A problemática citada pela FCRB se refere à métrica, o ideal seria para os arquivos, a métrica linear e para o acervo, número de títulos.

Link: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=6

O Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte – CCPF – atua na recuperação e conservação e digitalização de acervos fotográficos brasileiros públicos e privados.

Link: <http://www.funarte.gov.br/ccpf/>

<http://www.funarte.gov.br/acessoainformacao/ccpf-centro-de-conservacao-e-preservacao-fotografica/>

Meta 41) 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC.

Esta meta refere-se à disponibilização de informações por bibliotecas públicas, museus e arquivos no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Para disponibilizar informações sobre seu acervo, as instituições precisarão tratá-los, inventariando-os e catalogando-os (META, 2011, p.78).

Os cadastros de acervos nacionais de museus bibliotecas e arquivos que serão integrados ao SNIIC são o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).

Fontes de dados sugeridas:

Pesquisa Anual de Museus (PAM)

É uma iniciativa do Cadastro Nacional de Museus (CNM), que será realizada anualmente. O IBRAM disponibilizará as informações sobre seu acervo na plataforma digital do Projeto Acervo em Rede.

Link:

<http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-do-brasil/>

<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_2A.pdf

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_2B.pdf

Os acervos, referentes à BN, estão disponibilizados na internet, porém ainda não estão no SNIIC.

Todas as bases de dados do Centro de Memória e Informação da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) estão disponibilizadas na Internet, porém ainda não estão no SNIIC.

Link: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

<http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>

<http://snbp.culturadigital.br/projetos/maisbibliotecaspublicas/>

Meta 42) Política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada

O objetivo desta meta é que a importação de equipamentos que não tenham similares nacionais seja mais acessível a produtores, criadores e empreendedores culturais. Com uma política de importação específica pretende-se estimular o desenvolvimento de

micro e pequenos empreendimentos criativos, assim como o desenvolvimento local e regional de muitos setores da economia criativa.

Fontes de dados sugeridas:

Ministério da Cultura (MinC), Camex, Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Link: http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2012/09/cartilha_brasilmaior.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm

<http://www.camex.gov.br/public/arquivo/arq1449672156.pdf>

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>

Meta 43) 100% das Unidades da Federação (UF) com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte tecnológica e inovação.

Esta meta refere-se à implantação de núcleos voltados ao desenvolvimento, formação, pesquisa, produção audiovisual e experimentação na interface cultura, comunicação, arte e tecnologia (META, 2011, p.82).

Fontes de dados sugeridas:

A Secretaria do Audiovisual (SAV) e Secretaria de Políticas Culturais (SPC) são responsáveis pela implantação de núcleos voltados ao desenvolvimento, formação, pesquisa, produção audiovisual e experimentação na interface cultura, comunicação, arte e tecnologia.

- ✓ Os **Núcleos de Produção Digital (NPDs)**, no âmbito do Programa Olhar Brasil, são espaços democráticos, gratuitos e acessíveis a todas as classes da sociedade, voltados para a produção e difusão do conteúdo audiovisual brasileiro, com estrutura humana, física, tecnológica e metodológica. A ação tem o objetivo de formar e consolidar parcerias com os estados para o desenvolvimento da atividade audiovisual nas diversas regiões do país. A implantação desses núcleos está sendo conduzida pela Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV/MinC).
- ✓ O **Núcleo de arte, tecnologia e inovação (NATI)** oferece apoio a pesquisas, a intercâmbios e a experimentações de artistas e criadores que exploram novas mídias e tecnologias. O objetivo desses núcleos é oferecer ambientes com infraestrutura tecnológica de ponta e que funcionem em rede, para promover interligações entre pessoas e softwares e produzir obras de cinema interativo, esculturas robóticas e colagens de obras digitais, entre outros tipos de criação. Esses núcleos estão sendo implantados mediante a atuação da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC), por meio da Coordenação-Geral de Cultura Digital, do Ministério da Cultura e da Rede Nacional de Estudos e Pesquisas (RNP), instituição criada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Há uma vontade política em integrar, criar repositórios, documentar os vários laboratórios de Arte, Inovação e Tecnologia, mas no momento como estão desintegrados, não há sustentabilidade para a implantação desses projetos. Foi criado o programa de laboratórios em rede, denominado Programa #RedeLabs. Também foi criado o GT-RedeLabs-MinC no âmbito das iniciativas de implementação de espaços

públicos de formação em habilidades digitais e de experimentação e inovação em tecnologias abertas e o Programa Laboratórios de Cidades Sensitivas – LabCEUs, onde os laboratórios multimídia deixaram de ser pontos de acesso a computadores e internet para atuarem como espaços de produção, experimentação e colaboração, articulando pessoas, territórios, instrumentos e saberes.

Além disso, a ausência de um marco regulatório para a propriedade intelectual coletiva, dificulta o licenciamento quando a criação é em rede. Será necessária alguma garantia de propriedade intelectual coletiva quando da digitalização dos acervos dos povos indígenas, povos originários e povos tradicionais. Qualquer arranjo de sustentabilidade para laboratórios é desenvolvido por vários grupos, pessoas, neste caso poderia se pensar arranjos de licenciamento para uso.

Existe a sugestão de estudo sobre detalhamento de possíveis modalidades específicas dos núcleos dos laboratórios, pois dependendo da situação, um determinado núcleo de arte vai sendo diversificado como arte telemática, espaços de música em rede, entre outros.

A proposta do cadastramento de “auto declaração”, como os grupos que se declaram Ponto de Cultura, também foi sugerida.

O fomento do ecossistema de acervos digitais como Cervo, Videre e redes, contempla a prospecção tecnológica de soluções que respondam às necessidades de integração de repositórios e a viabilização de aplicações e serviços que promovam o acesso qualificado aos acervos. Essa integração está sendo pensada junto com o fluxo de conteúdos das redes sociais, num cenário que envolve o Open Video e novidades tecnológicas, como a publicação em tempo real, com outros tipos de arranjo para esses conteúdos. Esse projeto, está em desenvolvimento sob a Coordenação de Cultura Digital do MinC.

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), em implantação, é responsável pelos dados.

Link: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3x1R9iTn/content/cultura-digital-secretaria-de-politicas-culturais-523287/10877

<http://culturadigital.br/videoonline/>

<http://culturadigital.br/videoblog/2010/08/17/84/>

Uma fonte de dados suplementar sugerida é a pesquisa elaborada pelo BNDES - Mapeamento da Indústria Brasileira e Global de Jogos Digitais, 2014.

Link:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/seminario_mapeamento_industria_games042014_Relatorio_Final.pdf

Meta 44) Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão, na seguinte proporção: 25% nos canais da TV aberta; 20% nos canais da TV por assinatura.

Esta meta estabelece participação mínima da produção audiovisual independente brasileira – filmes, obras seriadas e obras de formato específico para o segmento de TV, na TV aberta e na TV por assinatura (META, 2011, p.84).

Fontes de dados sugeridas:

Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual

Disponibiliza um portal de dados do mercado de cinema e audiovisual no Brasil: produção nacional, bilheterias, lançamentos, exibição, TV paga, fomento, salas de exibição, monitoramento de programação e relatórios financeiros, com informações de abrangência nacional e estadual.

Link: <http://oca.ancine.gov.br/>

Monitoramento da Programação da TV Paga apresenta dados referentes à exibição das obras audiovisuais veiculadas em canais selecionados, com informações como o perfil da programação e a presença de obras brasileiras nas grades dos canais monitorados.

Link: http://oca.ancine.gov.br/rel_programacao.htm

Monitoramento da Programação da TV Aberta agrega informações sobre a veiculação de obras audiovisuais em emissoras cabeças-de-rede. A compilação das grades e sinopses divulgadas pelas emissoras oferece um perfil da programação dos canais da TV Aberta brasileira, com especial atenção à veiculação de longas-metragens brasileiros e estrangeiros.

Link: http://oca.ancine.gov.br/rel_programastv.htm

A ANCINE disponibiliza Relatórios de mapeamento dos segmentos de mercado de Vídeo Doméstico, TV Paga, TV Aberta e Mídias Móveis elaborados pela Superintendência de Acompanhamento de Mercado durante o ano de 2010, com o objetivo de estabelecer uma visão estratégica e auxiliar os agentes de mercado e as diversas áreas da ANCINE em suas ações de desenvolvimento e regulação do audiovisual.

Link:

http://www.ancine.gov.br/media/SAM/Estudos/Mapeamento_VideoDomestico_Publicacao.pdf

http://www.ancine.gov.br/media/SAM/Estudos/Mapeamento_TvPaga_Publicacao.pdf

http://www.ancine.gov.br/media/SAM/Estudos/Mapeamento_TVAberta_Publicacao.pdf

http://www.ancine.gov.br/media/SAM/Estudos/Mapeamento_MidiasMoveis_Publicacao.pdf

Fontes complementares sugeridas que disponibilizam dados do setor:

Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) disponibiliza dados atualizados de números de assinantes, faturamento e empregos no setor, para Brasil.

Link: http://www.abta.org.br/dados_do_setor.asp

TV por Assinatura em Números

Anatel disponibiliza dados de Números de assinantes, de TV a cabo, MMDS, TV via satélite, com abrangência nacional, estadual e municipal, em 2015.

Link: http://sistemas.anatel.gov.br/satva/hotsites/conheca_brasil_satva/default.asp

O Fundo Setorial do Audiovisual possui programas direcionados a todos os segmentos da indústria audiovisual, que se constituem em diversas linhas de ação, ancoradas no Regulamento Geral do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (PRODAV), aprovado pelo Comitê Gestor do FSA. Na área de produção e distribuição audiovisual, há linhas de ação voltadas à produção cinematográfica e produção de conteúdos para televisão, além de uma linha dedicada para comercialização de obras cinematográficas.

Outras iniciativas da ANCINE para estimular a produção do audiovisual se referem, às inscrições lançadas pela ANCINE, para cinco Chamadas Públicas regionais da Linha de Produção de Conteúdos destinados às TVs Públicas, do Programa Brasil de Todas as Telas. O período de inscrição encerra-se em 31 de março de 2016. Pelo segundo ano consecutivo, a linha disponibiliza recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), para investimentos em obras destinadas ao campo público de televisão, nos segmentos de TV universitária, comunitária e educativa e cultural.

Link: <http://ancine.gov.br/sala-imprensa/noticias/programa-brasil-de-todas-telas-ano-2-abre-inscri-es-para-linha-de-produ-o-de->

Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (PRODAV)

Com linhas de ação de Produção de obras audiovisuais destinadas ao mercado da televisão (Linha B), Produção de conteúdos em projetos de programação, Núcleos Criativos, Laboratórios de Desenvolvimento, Desenvolvimento de Projetos, Suporte Financeiro Automático, Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro, Produção de Conteúdo para TVs Públicas

Link: <http://fsa.ancine.gov.br/programas/prodav>

Meta 45) 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura

Esta meta refere-se à quantidade de grupos, comunidades ou coletivos em situação de vulnerabilidade social beneficiados por ações de comunicação para a cultura. Essas ações visam à ampliação do exercício do direito à liberdade de expressão cultural e comunicação, promovendo redes e consórcios para sua implementação (META, 2011, p. 86).

Fontes de dados sugeridas:

A Secretaria de Políticas Culturais, por intermédio de sua Diretoria de Educação e Comunicação para Cultura e sua Coordenação-Geral de Comunicação e Cultura, é responsável por esta meta, que visa a atender esses grupos e tem sua implementação também sob responsabilidade desta Coordenação Geral.

Link: <http://www.cultura.gov.br/comunicacao-e-cultura>

Pesquisa do Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros, Suplemento Cultura, IBGE Investigou, em 2014, as Unidades da Federação e municípios que fomentam ou apóiam iniciativa cultural específica para o campo da diversidade cultural por 13 segmentos específicos: comunidades tradicionais, grupos de culturas populares, LGBT, mulheres, pessoas com deficiência, jovens, comunidades indígenas, comunidades afro-religiosas, comunidades quilombolas, comunidades ciganas, idosos e outras comunidades tradicionais.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

Meta 46) 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados

Esta meta refere-se à elaboração e implementação de planos setoriais para os temas específicos da cultura, que tenham representação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Refere-se também à instalação de novos colegiados setoriais do CNPC (META, 2011, p.88).

Fontes de dados sugeridas:

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura que tem como finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional.

Link: <http://www.cultura.gov.br/cnpc/o-cnpc>

FCRB já instalou o colegiado de arquivos, desde 2010 e, recentemente realizou nova eleição, para a segunda composição do CNPC, e já está com colegiados instalados. Quanto ao plano setorial de arquivos, embora já elaborado, ainda falta ser aprovado pelo CNPC. Segundo informação, dificilmente será aprovado, devido aos trâmites burocráticos (19 colegiados para análise e aprovação) e não deverá ser implementado até o ano de 2020. Os colegiados de Culturas Indígenas e Culturas Populares em processo de construção das metas para os seus respectivos planos setoriais; o colegiado de dança revisou o plano setorial e decidiu que o documento não deveria sofrer alterações; o colegiado de música colocou a versão revisada do plano setorial em consulta pública; a revisão do Plano Nacional Setorial de Museus foi um dos temas tratados no Fórum Nacional de Museus; os colegiados setoriais de arquivo, arte digital, artesanato, cultura afro-brasileira, design e moda elaboraram seus respectivos planos setoriais e os submeteram a consultas públicas. No IPHAN o conselho ainda vai ser instalado.

Meta 47) 100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude

Esta meta refere-se à necessidade de criação e implementação de políticas públicas de cultura voltadas para a infância e juventude brasileira. Tem como objetivo promover a cidadania, proteger e valorizar a diversidade cultural e garantir os direitos da criança e dos jovens, compreendidos como sujeitos de sua história (META, 2011 p. 90).

Fontes de dados sugeridas:

Link: <http://www.cultura.gov.br/cnpc/o-cnpc>

<http://pnc.culturadigital.br/>

Guia de Políticas Públicas de Juventude Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. 48 p.: II

Nesta publicação, são apresentados os principais programas nas mais diferentes localidades do país, que têm o jovem como público-alvo prioritário. O objetivo é colocar estas informações à disposição dos jovens, lideranças sociais, governos municipais e estaduais, organizações da sociedade civil e cidadãos que possam se interessar pelas políticas públicas.

Link: <http://secretariageral.gov.br/.arquivos/guiajuventude.pdf>

Meta 48) Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país

Esta meta refere-se à implementação de plataforma digital de governança colaborativa, considerando a distribuição de usuários por macrorregião brasileira. A plataforma de governança colaborativa é um ambiente na internet para acompanhamento das metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), de discussão sobre políticas culturais e interlocução e diálogo com o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) (META, 2011 p. 91).

Fontes de dados sugeridas:

A plataforma de governança colaborativa é um site no qual o cidadão pode participar do processo de elaboração e execução das políticas culturais, dialogar com o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) e acompanhar as metas do Plano Nacional de Cultura. São considerados os usuários cadastrados nas seguintes plataformas: <http://pnc.culturadigital.br/>; <http://culturadigital.br/> e <http://sniic.cultura.gov.br/>

Para o sucesso desta iniciativa colaborativa é fundamental o registro do cadastramento da cidade e UF dos usuários.

O SNIIC, em implantação, se baseia no uso intensivo da colaboração aberta para a composição de uma base de dados pública. Seu conceito de implementação aproxima elementos da web semântica e dos arranjos de transparência fundamentados no modelo ‘open data’ (dados abertos), com as potencialidades da participação direta da sociedade civil através de interfaces típicas das mídias sociais.

As fontes de dados desta meta são obtidas através dos dados do Registro Aberto da Cultura (RAC) e da Plataforma de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Cultura, sob responsabilidade do MinC e do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

Link: <http://sniic.cultura.gov.br/>

<http://sniic.cultura.gov.br/2014/05/13/versao-1-0-do-registro-aberto-da-cultura-rac-e-nuvem-da-cultura/>

Meta 49) Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UF) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)

A Conferência Nacional de Cultura (CNC) é o principal espaço de participação da sociedade na construção e aperfeiçoamento de políticas públicas de cultura. E, para fortalecer a gestão democrática e participativa, esses encontros precisam contar com o envolvimento das cidades e dos estados que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Fontes de dados sugeridas:

A Secretaria de Articulação Institucional (SAI) disponibiliza a planilha Excel com a lista dos municípios e estados que compõem o SNC.

Link:

<http://dados.cultura.gov.br/dataset/sistema-nacional-de-cultura/resource/f611662b-1dfb-4799-bc74-cb09064b6f30>

<http://snc.cultura.gov.br/adesao/consultar/>

<http://snc.cultura.gov.br/adesao/consultar/estados/>

Meta 50) 10% do Fundo Social do Pré-Sal para a cultura

O Fundo Social (FS) foi criado pela Lei nº 12.351/2010 para ser constituído como parte dos recursos de exploração e produção de petróleo. Sua proposta é ser uma fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional do Brasil. Isso deve ser feito na forma de programas e projetos de combate à pobreza e, também, de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia e do meio ambiente.

Os recursos desse Fundo Social constituem importante estratégia para complementar o financiamento das metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) e diversificar os mecanismos de promoção da cultura.

Fontes de dados sugeridas:

O Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social (CGFFS), da Presidência da República será responsável pelas informações desta meta e pelos investimentos do FS. Caberá a ele definir os seguintes pontos: o montante que poderá ser resgatado do fundo anualmente, para preservar sua sustentabilidade financeira; o percentual mínimo e máximo dos investimentos a serem feitos no país e no exterior; os limites de investimento por setor ou atividade econômica; e a capitalização mínima a ser atingida antes que se faça qualquer tipo de resgate.

Sendo o Conselho Deliberativo do Fundo Social (CDFS), que vai determinar as prioridades para destinação dos recursos que forem resgatados do FS, respeitando a regra de que o dinheiro deve ir para educação, combate à pobreza, cultura, ciência e tecnologia e sustentabilidade ambiental. Segundo o projeto, este conselho será formado por representantes da sociedade civil e também de membros da administração pública.

O projeto está em estudo.

Link: <http://www.senado.gov.br/>

Meta 51) Aumento de 37% acima do PIB, dos recursos públicos federais para a cultura

Esta meta refere-se ao compromisso com o aumento real dos recursos públicos federais dedicados à cultura. Por isso, está vinculada a um aumento superior ao do Produto Interno Bruto do país (META, 2011 p. 95).

Fontes de dados sugeridas:

O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta.

Link:

<http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/comunicados/siga-brasil-atualizado-em-abril-de-2015>

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

A lei orçamentária anual (LOA) estima as receitas que o governo espera arrecadar durante o ano e fixa os gastos a serem realizados com tais recursos. Dados disponíveis na planilha de Valores previstos no PLOA 2015 para a Função: CULTURA

Link:

<http://www8d.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=93181>

Contas regionais do Brasil: 2010-2013 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 93p. – (Contas nacionais, ISSN 1415-9813; n. 47).

Divulgação dos resultados do Produto Interno Bruto per capita das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010-2013 (Tabela 8)

Link: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94952.pdf>

Produto interno bruto dos municípios: 2010-2013 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2015. p. – (Contas nacionais, ISSN 1415-9813 ; n. 49).

Divulgação dos resultados do Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios - 2010-2013.

Link:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm

Sistema de Informações do Ministério da Cultura (SIMINC)

O SIMINC dá suporte à gestão, registro e acompanhamento das atividades administrativas e de iniciativas de projetos e atividades artísticas e culturais no âmbito do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas e dá outras providências. Disponibiliza os registros de dados de todos os projetos e atividades executados no escopo dos programas e ações previstos para o Ministério da Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA)³.

É o sistema pelo qual a SEFIC acompanha a execução orçamentária dos projetos do MinC.

Link: siminc.cultura.gov.br/

<http://www.cultura.gov.br/documents/10180/646838/Portaria38.pdf/ccd507b5-ec01-4d44-9ebb-a8f0734098d0>

Meta 52) Aumento de 18,5% acima do PIB da renúncia fiscal do governo federal para incentivo à cultura

Esta meta refere-se ao aumento real da renúncia fiscal do governo federal para uso pelo mecanismo de incentivo fiscal das leis federais. Por isso, está vinculada a um aumento superior ao do Produto Interno Bruto do país (META, 2011 p.96).

Há duas leis que regem essas doações e patrocínios que são a Lei nº 8.313/199 – Lei Rouanet – e a Lei nº 8.685/1993 – Lei do Audiovisual. Assim, ao doarem verbas, ou patrocinarem projetos culturais, essas pessoas e empresas se tornam importantes fontes de financiamento para a área da cultura.

Fontes de dados sugeridas:

A Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura (SEFIC-MinC) disponibiliza listagens referentes aos recursos apoiados pelo mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Os números estão devidamente discriminados por beneficiário, pessoas físicas e jurídicas, pela perspectiva do mecanismo, listando proponentes e incentivadores, patrocinadores e doadores, considerando-se o período compreendido entre o dia 01/01 e 31/12/2014.

³ PORTARIA No - 38, DE 30 DE ABRIL DE 2013, diário Oficial da União.

Disponibiliza, publicamente, os valores referentes à renúncia fiscal para o setor cultural, exercício 2014, de acordo com a legislação orçamentária federal

Link:

<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/Relat%C3%B3rio+2014.2015+para+publica%C3%A7%C3%A3o.pdf/74399ba3-efd9-4953-affe-a17d46e31c85>

Contas regionais do Brasil: 2010-2013 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 93p. – (Contas nacionais, ISSN 1415-9813; n. 47).

Divulgação dos resultados do Produto Interno Bruto per capita das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010-2013 (Tabela 8)

Link: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94952.pdf>

Meta 53) 4,5% de participação do setor cultural brasileiro no Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB é o principal medidor do crescimento econômico de uma região, seja ela uma cidade, estado, país ou grupo de nações. A sua medida é feita a partir da soma do valor de todos os serviços e bens produzidos na região escolhida, em um período de tempo determinado (META, 2011, p. 96).

A medição econômica do setor cultural, mediante a criação de uma conta satélite de cultura, é um tema pioneiro de estudo nos países, que se esforçam na sistematização de informações extraídas das contas nacionais sobre as atividades econômicas relacionadas aos bens e serviços de cultura. A conta satélite de cultura do Brasil⁴, para que se possa mensurar o peso da atividade cultural no Produto Interno Bruto nacional, ainda está sendo construída.

Fontes de dados sugeridas:

As bases de dados disponíveis internamente ao IBGE se referem às informações das pesquisas existentes e que são fontes de dados de produção. São os registros administrativos das Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas – APU:

a) Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

Todos os registros contábeis de órgãos da administração pública federal são efetivados neste sistema, constituindo-se numa base de dados abrangente no que se refere a este nível de governo. A periodicidade desta base de dados é mensal. Do SIAFI se obtém a despesa dos órgãos federais pertencentes ao âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social que são responsáveis pela alocação de recursos no setor cultural. São eles: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Palmares, Biblioteca Nacional, Agência Nacional de Cinema - ANCINE, Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Fundo Nacional de Cultura e Instituto Brasileiro de Museus

b) Execução Orçamentária dos Estados

Base de dados disponível no site da Secretaria de Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda. Compila os balanços patrimoniais, financeiros, orçamentários e

⁴ Os Ministros de Estado da Cultura e da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições, instituíram nos termos da Portaria Interministerial nº 130, de 23.12.2010, o Comitê Gestor e o Grupo Executivo objetivando a criação da conta satélite de cultura do Brasil. Disponível para acesso em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-interministerial-130-2010_222375.html

despesas por funções, informações disponibilizadas pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal. Sua periodicidade é anual.

c) Finanças do Brasil - FINBRA

Os municípios enviam suas informações, inclusive as despesas por funções, através de um sistema próprio (Sistema de Coleta de Dados Contábeis Consolidados, denominado SISTN), da Caixa Econômica Federal (a legislação prevê punições para quem não envia as informações, entretanto a cobertura não é completa). Estes dados são, então, coletados e consolidados pela STN. A periodicidade desta base de dados é anual.

No caso dos governos estaduais e municipais, foram utilizadas as bases de dados disponíveis no site da STN (Execução Orçamentária dos Estados e FINBRA, respectivamente), que fornecem tabelas resumidas de gastos por função, sendo utilizada especificamente a linha referente às despesas efetuadas na Função Cultura, onde estão registradas as despesas com a administração, operação e suporte dos órgãos encarregados da difusão e preservação do patrimônio histórico e artístico.

Link: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_do_GF/Consolidacao_Contas_Publicas.xls#Despesa_Uniao!A1

Outras pesquisas do IBGE que também são fontes de dados para a construção da CSC são: Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual do Comércio, Pesquisa de Oramento Familiar, Pesquisa Anual dos Serviços, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IRPJ da Secretaria da Receita Federal, P&D público - SIAFI (Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério da Ciência e Tecnologia com dados dos portais de transparência dos estados) e, privado - Pesquisa de Inovação nas Empresas Estatais Federais e o Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros.

E, em relação às bases de dados externas ao IBGE, o foco está centrado nas informações relativas aos grupos do audiovisual (ANCINE), editoração, música e patrimônio (IPHAN), elegidos como prioritários pelo Comitê do Grupo Executivo da Conta Satélite de Cultura do Brasil.

Vale informar que as bases externas ao IBGE estão sendo levantadas pelo Grupo de Trabalho do CEGOV, Economia Criativa, Cultura e Políticas Públicas, segundo o Termo de Cooperação Processo EPEC nº 01400.034759/2013-79 Título: ESTUDOS E PESQUISAS EM ECONOMIACRIATIVA - CONTA SATÉLITE DE CULTURA, COMÉRCIOINTERNACIONAL DE BENS E SERVIÇOS EM ECONOMIA CRIATIVA entre a SPC/MinC e a UFRGS, o segundo produto deste edital contemplará as bases de dados para a conta.

Link: http://www.ufrgs.br/obec/assets/acervo/arquivo/cegov_-_2014_-_epec_produto_01.pdf

Outra fonte de dados sugerida é o estudo sobre a participação da cultura no valor adicionado da economia apresentado no livro “A Cultura na economia Brasileira” da Fundação Getúlio Vargas, FGV Projetos, número 23, de 2015. Para o estudo foram utilizadas as fontes de dados:

Ancine – Dados Gerais do Audiovisual Brasileiro.

Link:<http://oca.ancine.gov.br/media/>

SAM/DadosMercado/Dados_gerais_do_mercado_brasileiro_2014.pdf

Brasil – Tesouro Nacional – Finanças Brasil (FINBRA).

Link: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>

Brasil – Tesouro Nacional – Execução Orçamentária.

Link: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>

Brasil – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013. Microdado.

Link: <http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>

Brasil – Senado Federal - SIGA Brasil – Orçamento Anual.

Link: <http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil>

Brasil – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Link:

<http://portal.IPHAN.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17733&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>

Sistema de Informações do Ministério da Cultura (SIMINC)

O SIMINC dá suporte à gestão, registro e acompanhamento das atividades administrativas e de iniciativas de projetos e atividades artísticas e culturais no âmbito do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas e dá outras providências. Disponibiliza os registros de dados de todos os projetos e atividades executados no escopo dos programas e ações previstos para o Ministério da Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA)⁵. É o sistema pelo qual a SEFIC acompanha a execução orçamentária dos projetos do MinC.

Link: siminc.cultura.gov.br/

<http://www.cultura.gov.br/documents/10180/646838/Portaria38.pdf/ccd507b5-ec01-4d44-9ebb-a8f0734098d0>

Para finalizar os comentários desta meta, a SPC/MinC deverá retomar a assinatura do acordo de cooperação técnica com o IBGE e o IPEA para a construção da conta satélite de cultura. Vale destacar também, a necessidade de contratação de consultor e de cessão de técnicos do IPEA apontada em reuniões, pelo próprio MinC e pelo IBGE, com vistas a reforçar o quadro de recursos humanos e técnico da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE, vem sendo mencionada em reuniões do Comitê Gestor das Contas de Cultura do Brasil, desde o final de 2011⁶.

4. Próximas etapas

Estão previstos mais cinco produtos além deste de mapeamento. O Produto 2 compreende o mapeamento detalhado sobre as informações complementares e indicadores a serem construídos para subsidiar o PNC e a CSC. O Produto 3 compreende propor metodologia e parâmetros para a mensuração da atividade do campo cultural, bem como proposição de índices e indicadores aplicáveis para subsidiar o monitoramento do Plano Nacional de Cultura. O Produto 4 é a mesma proposição do anterior, sendo que para a Conta satélite de cultura; o Produto 5 propõe uma análise das séries históricas da Estadiv, Munic e os novos dados da gestão federal de cultura, no âmbito do Sistema MinC, utilizando os parâmetros referenciais da Munic/Estadiv/IBGE; e as edições do Sistema de Informações e indicadores culturais (SIIC) do IBGE. Por fim o Produto 6 que compreende um documento técnico propositivo, contendo a sistematização dos dados, informações, análises, estatísticas, mapeamentos e estudos, com vistas à 3ª edição do “Cultura em números” do Ministério da Cultura.

⁵ PORTARIA No - 38, DE 30 DE ABRIL DE 2013, diário Oficial da União.

⁶ Consultar o ANEXO I – ATAS. Disponível em:

http://www.ufrgs.br/obec/assets/acervo/arquivo/cegov - 2014 - epec_produto_01.pdf. Acesso em nov.2015.

5. Referências

“A Cultura na economia Brasileira” da Fundação Getúlio Vargas, FGV Projetos, número 23, de 2015. ISBN 978-85-64878-32-7. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/pdf.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

Acompanhamento das metas do Plano Nacional de Cultura - PNC. Disponível em <<http://pnc.culturadigital.br/metaspnc/>>. Acesso em nov. 2015.

METAS do Plano Nacional de Cultura. Ministério da Cultura, Dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10877/666696/Documento+t%C3%A9cnico+das+Metas+do+PNC./3235dfbb-5860-4fa6-8c5a-41db00071dd1?version=1.0>. Acesso em: nov. 2015.

Números da cultura. JLEIVA e BNDES. OI FUTURO, Rio de Janeiro, set 2015. Disponível em: http://www.jleiva.com.br/numerosdacultura/downloads/folder_numeros_da_cultura_digital.pdf. Acesso em: nov.2015.

PLANO Nacional de Cultura. Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”. Brasília, 2007. Disponível para acesso em: www.cultura.gov.br/pnc

PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros: cultura: 2014 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 106p. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm. Acesso em: nov. 2015.

Revisão de modelos existentes e contribuições teóricas para a conta satélite de cultura, fundamentando opções metodológicas. Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Rio Grande do Sul, 2015, p.81.